



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 446 - DE 09 A 23 DE DEZEMBRO DE 2012 - R\$ 3,00



Mais um escândalo no governo do PT

Fator Previdenciário ou Fórmula 85/95, quem perde é o trabalhador

Evolução do PIB do Brasil



Tendências da crise econômica no Brasil



Com uma declaração não se conquistará a soberania do povo palestino. Somente as massas insurretas, enfrentando a opressão nacional e social poderão derrotar o Estado de Israel, romper com o imperialismo e criar as bases para a autodeterminação nacional

Oposição revolucionária a Dilma

Para onde caminha a economia brasileira?

A crise econômica mundial não dá sinais de que possa haver uma recuperação nos próximos dois anos. No Brasil, manifestam-se de forma refratada as tendências da crise capitalista. A interdependência com o mercado mundial impede que o país não sofra os efeitos da crise, que se manifestou de forma mais contundente nos centros econômicos mundiais (Estados Unidos e Europa). Mas as manifestações da crise não se dão de forma imediata nem automática. Embora o governo Dilma rechace as previsões de queda do PIB, a cada mês essas tendências vão se consolidando.

O Brasil participa com cerca de 1% do comércio internacional. Apenas 14% de seu PIB se destina às exportações. Mas essa fatia foi o principal propulsor do crescimento registrado nos anos 2003-2008. Trata-se dos anos de grande crescimento do comércio mundial. Esse crescimento do comércio mundial já expressava então as tendências à superprodução. Marx afirmava: *“No tocante à oposição entre superprodução parcial e universal, desde que se trate apenas de sustentar a primeira para descartar a segunda, cabe observar o seguinte: Primeiro: uma inflação geral de preços em todos os artigos da produção capitalista precede, em regra, às crises. Por isso, todos participam do colapso subsequente e todos estão congestionando o mercado aos preços que tinham antes do colapso. O mercado pode absorver uma quantidade de mercadorias a preços decrescentes que caíam abaixo dos preços de custo, quantidade que não poderia absorver aos preços anteriores. A superabundância das mercadorias é sempre relativa; isto é, superabundância a certos preços. São ruinosos para o produtor ou comerciante os preços a que as mercadorias são então absorvidas. Segundo: Para uma crise (e também para a superprodução) ser geral, basta que atinja os artigos dominantes do comércio.”* O aumento do comércio mundial combinado com elevação geral de preços caracteriza esse período.

Outra característica desses anos de crescimento era o excesso de capital acumulado e sem aplicação produtiva disponível. Essa massa de dinheiro foi colocada como crédito fácil para financiamento a longo prazo.

A combinação desses dois fatores permitiu à economia brasileira ganhar um impulso. De um lado, aumentou suas exportações para um mercado ávido de matérias-primas. O principal comprador passou a ser a China, que com base numa ampla importação de capitais deu um salto na produção industrial e como exportador. De outro, o capital disponível para financiamento levou a um grande endividamento da população assalariada, que acelerou o consumo interno, e as grandes vantagens de investimento alimentaram o capital estrangeiro, que adquiriu setores inteiros da economia nacional. Há ainda que se levar em conta a política assistencialista de bolsas, que despejaram 13 bilhões anuais na economia sob a forma de consumo dos 40 milhões de brasileiros mais empobrecidos. A combinação desses fatores elevou a produção nacional e, com ela, arrastou uma parcela da população empobrecida para a mal chamada “nova classe média”.

Setores da burguesia reclamavam que o governo não aproveitava todo o potencial criado pelas condições do mercado mundial. Reivindicavam melhorias na infraestrutura do país e redução de impostos e taxas de juros.

A explosão da crise em 2008 expôs a essência estrutural da crise capitalista. Prenunciaram-se quebras de gigantes bancários e industriais. O espectro da crise de 1929 assustou as bolsas de valores e os governantes. Preços de commodities despencaram.

Os governos tiveram de estatizar as grandes dívidas e subsidiar amplamente os bancos e multinacionais. A quebradeira iminente foi deslocada das empresas para os Estados nacionais. Essa receita foi seguida pelos países semicoloniais, como o Brasil.

Com sua economia fundamentada no mercado interno, o Brasil não sentiu toda a força da crise de forma imediata. O amplo subsídio estatal e preservação do assistencialismo e do endividamento popular contornaram os efeitos mais imediatos da crise. Todo tipo de proteção foi dada às multinacionais e bancos.

Mas os efeitos da crise mundial estrangularam o mercado internacional. Ainda que tenha tomado medidas de favorecimento às exportações (forte queda do valor do Real, cortes de impostos, queda dos juros), o governo viu as exportações caírem ainda mais. Não há para quem vender.

As consequências da crise e da política de atenuação do governo vão potenciando elementos futuros da mesma crise.

A indústria de máquinas, afetada pela política cambial que favoreceu as importações, tem sofrido um retrocesso histórico. A produção industrial como um todo registra mais de um ano seguido de retrocessos produtivos. O setor, que chegou a criar mais de 500 mil empregos anuais, praticamente não contrata mais, a não ser para efetivar a rotatividade. Nesse ritmo, logo estará destruindo postos de trabalho.

O endividamento da população se aproxima dos 30% da renda. A inadimplência avança e hoje atinge em primeiro lugar a compra de automóveis, carro chefe da produção industrial e do próprio PIB.

As bolsas de valores refletem as dificuldades da indústria, da desvalorização das matérias-primas desde 2008 e das sistemáticas ameaças de inadimplência dos governos na Europa, que contaminam os investimentos no Brasil. O nível de 60 mil pontos depois de 4 anos da crise de 2008 reflete estagnação.

O financiamento e os ganhos bancários têm procurado se adaptar à inadimplência crescente. Os bancos reduzem a perspectiva de ganho real para não perder ainda mais.

A taxa de juros governamental (Selic) desceu ao nível da inflação. Há quase que um subsídio para empréstimos. Ainda assim, não se consegue convencer os empresários a investir.

A inflação tem crescido. As tendências da economia mundial são de alta nos preços dos alimentos. O governo não conta mais com o instrumento da taxa cambial para conter a elevação em dólar das mercadorias. Os aumentos vão se propagar na economia brasileira.

Os investimentos públicos não são suficientes para impulsionar a economia. A gigantesca dívida pública e o parasitismo financeiro drenam os recursos do Tesouro. As obras de infraestrutura e a redução de custos de energia reivindicados por setores industriais não oferecem perspectiva de melhora da economia. Não adianta ter maior capacidade de escoar uma produção que não tem compradores no exterior. A redução dos custos de energia está travada pela oposição burguesa, controladora de boa parte da geração e distribuição (sudeste).

A desnacionalização de setores da economia os submete ainda mais às variações da economia mundial. A produção do setor de álcool/açúcar, por exemplo, flutua ao sabor das variações de preços das commodities nas bolsas internacionais. O nível de entrada

ou saída de capitais, favorecido por medidas governamentais, torna a economia ainda mais vulnerável às flutuações externas.

As manifestações da crise se concentrarão no retrocesso econômico, com perda de empregos e direitos sociais das massas, e na elevação do custo de vida (arrocho salarial). As massas têm de se preparar para enfrentar essas tendências com a força da luta de classes ao redor da defesa com independência de suas reivindicações.

Mais um escândalo no governo do PT

Nem bem o julgamento do Mensalão chegava ao fim, a Polícia Federal (PF) anunciou o resultado da Operação Porto Seguro. Rosemary Noronha, chefe do gabinete da Presidência da República, e Paulo Rodrigues Vieira, diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), mais uns quantos, foram apresentados como quadrilheiros que se valiam dos altos cargos para vender pareceres técnicos. Os meliantes conseguiram estender seus negócios por várias Agências, envolvendo membros do alto escalão da Advocacia-Geral da União, como José Weber Holanda Alves.

Aos poucos a PF vai municiando a grande imprensa com novas revelações. O delator da esbórnica, ex-auditor Cyonil Borges, que se disse arrependido de ter se envolvido com a quadrilha de Paulo Vieira, forneceu informações que comprometem marcantes figuras da República dos ladrões, como é o caso do senador José Sarney (PMDB). É sempre assim, não há como se montar uma sociedade de ladrões e de aproveitadores sem que magnas personalidades da política e da burocracia do Estado não estejam envolvidas. E todos eles têm partido.

As investigações mostram que a petista Rosemary fazia parte da corte do ex-presidente Luis Ignácio Lula da Silva e do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Tudo indica que de fato o papel da ex-chefe do gabinete da Presidência era de intermediar transações com empresários interessados em obter pareceres favoráveis aos seus empreendimentos das inúmeras Agências reguladoras. Em troca recebia presentes – viagens luxuosas, etc. – e prestígio para indicar nomes a cargos públicos.

Rosemary é o caso de petistas que nunca comeram mel, quando comem, se lambuzam. Isso está cheio não somente nas administrações, mas nos sindicatos. Essa gente tem a política como meio de vida. Há aqueles que a têm para tal mesquinha finalidade e também para muito mais – servir à burguesia, uma vez que não se trata da política em abstrato, como no caso de Lula, Dirceu, Genoíno e uma renque de petistas. Rosemary parece ser o caso típico de quem se lambuzou. Agora, Paulo Vieira e seu irmão Rubens Vieira se apresentam como mais uma chefia das inúmeras quadrilhas que viceja no aparato do Estado.

O que deve ser evidenciado é que a quadrilha dos pareceres somente se constituiu porque empresários dela precisaram. O mais importante que é revelar os beneficiários finais das certidões, pareceres e laudos não será feito, pelo menos na dimensão dos fatos. Um caso retrata bem o valor dos pareceres. O ex-senador pelo PMDB, Gilberto Miranda, foi um dos capitalistas que se valeram dos préstimos de Paulo Vieira e do advogado da União José Weber, para promover seu negócio portuário em Santos, estimado em R\$ 2 bilhões.

Não há interesse algum da PF, do Ministério Público, do

dicações.

O obstáculo para isso são as direções sindicais, que se ligaram às multinacionais e passaram a arrastar as organizações sindicais a apoiarem as bandeiras patronais de disputa interburguesa. A ausência de uma direção revolucionária, materializada no partido revolucionário, é um entrave para as massas se prepararem e resistirem aos ataques capitalistas decorrentes da crise econômica.

Judiciário e do Legislativo em revelar todo trâmite da corrupção, começando na ponta, passando pelo meio e chegando ao final. As empresas e nomes dos capitalistas que compraram os serviços de Paulo Vieira continuarão ocultos. Como se vê, a formação de quadrilhas no Estado responde a uma demanda dos capitalistas.

Os politiquinhos do PT, PMDB, PSDB, DEM, PP, PTB, PR, etc., uma vez no manejo das centenas de postos administrativos, não fazem senão reproduzir o que existiu desde sempre no Estado. As instituições político-administrativo-judiciais se assentam nas relações capitalistas de produção, de troca, de exploração do trabalho, de acumulação de capital e de concorrência interburguesa. Administram em geral dos negócios da classe capitalista. Mas também agem em função de interesses particulares dessa mesma classe.

No dia a dia, os politiquinhos burgueses e pequeno-burgueses, bem como os burocratas dos três poderes servem aos grupos mais poderosos, que no final das contas financiam as campanhas eleitorais e sustentam as exigências de garantia de altos salários a executivos, parlamentares, juízes e funcionários especializados.

Os escândalos explodem de quando em quando conforme se configuram os conflitos político-partidários, as desavenças entre as facções de burocratas e as disputas entre as quadrilhas. A imprensa que toma parte da esbórnica, porque é sustentada pelos milionários anúncios empresariais e governamentais, comparece como uma agência neutra de investigação, um poder policial, judicial e partidário, que está ali para manter a moralidade e proteger os bens públicos.

Essa descrição mostra que a corrupção é inerente à sociedade de classe, no caso, a sociedade mercantil, capitalista. A gigantesca extensão do fenômeno corresponde ao seu esgotamento histórico e decadência. O valor burguês mais representativo do desmoronamento do capitalismo e que arrasta parte da pequena burguesia é o salve-se quem puder. As denúncias, delações, investigações e apurações não resultam em nada, já que o seu volume é monstruoso e a burguesia não corta sua própria carne. As plásticas, quando realizadas, no caso o julgamento do Mensalão, são algumas exceções, como aparecem em toda a regra.

Há esquerdistas que se extasiaram com o julgamento dos petistas pelo STF, como se afinal alguma ação reparatória estivesse sendo feita. E há aqueles que admitiram que se tratava simplesmente de uma ofensiva da direita. Os acontecimentos revelaram que o PT se meteu fundo na máquina do Estado e nele encontrou o ambiente que necessitava para desenvolver todas as suas virtudes de partido burguês. Trata-se de uma lei da política, que emana das leis econômicas, que nenhum partido burguês pode estar isento da corrupção. Não importa se a

praticará em maior ou menor escala. Isso depende das circunstâncias e dos meios ao seu dispor.

O PT nunca foi um partido proletário, por seu programa e por sua composição social. Nasceu com o germe do reformismo pequeno-burguês, que se desenvolveu em burguês. Corrompeu-se muito antes de ser governo. O primeiro elo visível da degeneração encontramos no financiamento eleitoral recebido por Lula, mas o primeiro de fato encontramos no objetivo estratégico de se construir um partido em nome dos trabalhadores para servir à democracia burguesa e ao capitalismo.

Esse é o verdadeiro julgamento da bandalheira petista, que somente poderá ser realizado pela classe operária organizada em um partido revolucionário, em sindicatos independentes e por meio de um Tribunal Popular.

O porquê do conflito do STF com o Legislativo

As condenações de políticos e parlamentares no julgamento do Mensalão foram recebidas resignadamente. O principal réu – o PT – se comportou como bom respeitador da ordem, embora considerasse que o Supremo agiu como um tribunal de exceção, a serviço da oposição e de acordo com as pressões de O Estado de São Paulo, Veja, etc. Os protestos verbais de alguns poucos petistas não demonstraram a não ser impotência.

Os juízes resolveram pôr de lado o critério de provas, que sempre serviu a favor dos réus da burguesia, quando raramente foram processados, e utilizaram indícios e suposição em alguns casos, notoriamente em relação a José Dirceu. Mas os petistas não tiveram como negar a lavagem de dinheiro por intermédio da empresa de publicidade de Marcos Valério, do Banco Real e do Banco do Brasil, bem como ocultar a promiscuidade em sua política de coligação com partidos aliados do governo. Está aí por que o PT foi colocado de joelhos diante da Corte reacionária, vilipendiado pelo O Estado de São Paulo, Veja, etc. e escrachado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Agora, surgiu uma discórdia entre o STF e o Legislativo em torno de quem decide a perda de mandato dos parlamentares condenados. Dois casos de petistas são notórios, o de José Genoíno e João Paulo Cunha. O primeiro não foi eleito titular para a câmara federal, mas alcançou a suplência. José Genoíno perdeu o cargo de assessor no Ministério da Defesa e precisa de uma nova fonte de renda. Poderia muito bem ser agraciado, caso o Supremo não decidisse a cassação de seu mandato. João Paulo, por sua vez, não sofreria prejuízo pecuniário, permanecendo em seu cargo. O mesmo vale para os outros asseclas do Mensalão.

Há um caso que ilustra bem para que serve a Justiça e o Parlamento. O deputado federal do PMDB de Rondônia, Natan Donadon, se tornou réu, acusado de formador de quadrilha e peculato. Pegou uma condenação de 13 anos e 4 meses, em outubro de 2010. Até agora não foi preso, porque recorreu e seu mandato parlamentar ficou garantido. Ninguém se preocupou em impor imediatamente a penalidade ao ladrão. Agora, o Supremo quer fazer valer a “lei do fez, tomou”, mas para os petistas.

O presidente da Câmara, Marcos Maia, do PT, reclamou a decisão sobre a cassação do mandato como atribuição do Legislativo. Como sempre, nestes casos, cada um puxa a inter-

pretação da lei a seu favor, que é feita justamente para ser ambígua nos pontos de imbróglio entre os poderes. Não haveria tal disputa se não fosse o processo do Mensalão petista.

Não obstante, o conflito expressa muito mais do que a determinação da maioria dos juízes em fazer valer a condenação dos réus da AP 470. O STF, sob o governo de Lula, se projetou como poderosa instituição do Estado. Passou a servir de caixa de ressonância da oposição, portanto, do PSDB e DEM, que, como minoritários no parlamento, ficaram neutralizados. Embora o caso da fidelidade partidária, em 2007, tenha sido decidido pelo Supremo Tribunal Eleitoral (STE), em favor da oposição, faz parte do mesmo fenômeno político. O DEM estancou a hemorragia de parlamentares, que debandavam para a base aliada do governo, com a decisão de o mandato pertence ao partido e não ao parlamentar. O STF regulamentou definitivamente essa decisão.

Em seguida, veio o caso da cassação de mandato de parlamentares enquadrados na Lei da Ficha Limpa. Vários parlamentares recuperaram seus mandatos.

O STF também se meteu a decidir sobre a lei de greve referente ao funcionalismo. Não faltaram vozes no Senado e na Câmara Federal contra os juízes assumirem a função de legisladores. De nada adiantou, os togados foram se impondo como políticos a serviço de determinadas causas. O que acaba de ocorrer com o Mensalão é a prova mais cabal do enorme espaço ocupado pelo STF no conflito partidário.

O presidente do PT, Rui Falcão, se gabou do fato da PF e da Justiça se tornarem mais independentes sob o governo de Lula e de Dilma. O que explicaria tantos processos contra a corrupção, diferentemente do que se passou na gestão do PSDB. O petista apenas constatou o fato. É preciso saber por que tais aparatos, antes encabrestados pelo Executivo, agora, alçaram vôo próprio, ao ponto da PF armar suas operações sem que Lula ou Dilma soubessem. Não foi porque o PT e seus aliados concebessem um MP, uma PF e um STF livres do controle central. A independência e a ousadia demonstradas no caso do Mensalão se tornaram possíveis porque o governo do PT se revelou débil perante a burguesia, a quem devia servir e a quem concretamente serve.

O STF é o seguro que funciona perfeitamente para situações de crise e de imprevisibilidade política, como a chegada ao poder de um partido como o PT, que não corresponde à formação histórica dos partidos da classe capitalista. Quanto mais o PT se submeteu à política burguesa, mais refém se tornou das instituições do Estado, que preservam a todo custo o funcionamento da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada.

A projeção do MP, da PF e do STF na política reflete a debilidade dos governos petistas em centralizarem com mãos de ferro as forças burguesas que se manifestam no seio do Estado e da sociedade (imprensa, etc.). É o que explica a lamentável situação em que o juiz Joaquim Barbosa tenha colocado uma coleira em José Dirceu e José Genoíno e os arrastado de cá para lá em cada sessão do STF.

Não resta dúvida que o PT é um partido alquebrado pelos golpes da política burguesa adversária, embora continue a arrastar as massas nas eleições. Pelo visto, a burguesia vai enterrá-lo antes que os explorados o façam e possam cuspir no

túmulo dos traidores.

Leviandade, imoralidade, hipocrisia, covardia e cinismo somados

A CPI destinada a investigar e a indiciar a quadrilha de políticos, empresários e funcionários estatais que, sob o manto de prestadores de serviços à União, desviavam consideráveis somas do Tesouro, terminou em bate-boca entre PT e PSDB. Constituída em abril de 2012, a CPI do Cachoeira prometeu desvendar mais um caso escabroso de corrupção, desta vez envolvendo o contraventor Carlos Cachoeira e o empresário Fernando Cavendish, da Delta Construção.

O PT se interessou pelo escândalo pelo fato de atingir o governador de Goiás, Marconi Perillo, do PSDB. A Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, colocou em uma bandeja a cabeça do mais temido adversário do PT – o deputado Demóstenes Torres do DEM de Goiás. Como se vê, o ninho da serpente se escondia no estado de Goiás, cujos espécimes de répteis foram identificados como peessedebista e demista.

A descoberta avivou o interesse de Lula, que, segundo a imprensa opositora, se empenhou que se montasse a CPI do Cachoeira para pegar Marconi Perillo, que no processo do Mensalão jurou ter avisado o presidente da República sobre sua existência e que este nada fez para apurar sua denúncia. Laçar o PSDB e o DEM juntos seria um ponto para o PT e Lula no embate com os opositores.

Ocorre que os negócios da quadrilha do Cachoeira/Cavendish se mostraram muito amplos. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB, está tão implicado quanto Perillo e Torres. O PT e principalmente o governo de Dilma Rousseff temeram levantar a lápide sob a qual vicejam os répteis fluminenses. O problema não era tanto com o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, do PT, que também prendeu o rabo às negociatas de Cachoeira/Cavendish.

O certo é que quanto mais se revelasse a extensão da quadrilha, mais politiquinhos opositores e governistas teriam seus rostos rechonchudos retratados como bandidos. Quando a gangrena é grave, o médico amputa o membro afetado. Mas na política burguesa é diferente, não se pode estancá-la com

amputação, assim segue o curso da decomposição dos partidos e instituições estatais. Exatamente isso é o que aconteceu com a CPI do Cachoeira: nem governo, nem oposição acharam sensato continuar com o circo parlamentar.

O final da CPI, no entanto, foi coberto de um esplendor típico das farsas mal representadas. O relator da CPI, Odair Cunha, citou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, como cúmplice de Cachoeira/Cavendish, por ter obstaculizado as investigações da PF, que mostravam o envolvimento de altas personalidades da política opositora. Também denunciou o jornalista e chefe da sucursal da revista Veja em Brasília, Policarpo Junior, de manter relações promíscuas com Carlos Cachoeira.

Os opositoristas e a imprensa de sempre contra-atacaram como sendo uma retaliação do PT, que foi incriminado pelo procurador Roberto Gurgel no caso do Mensalão e denunciado sistematicamente pela revista Veja. A ordem opositorista era a de derrubar o relatório, caracterizando-o como peça de vingança petista, que envolvia pessoas idôneas como Roberto Gurgel e Policarpo Júnior e que isentava escroques como o governador Agnelo Queiroz.

Esse embate serviu para enterrar o escândalo. Ao invés de se apurar toda e qualquer denúncia, se utilizaram as disputas políticas para acabar com as revelações. A oposição liderada pelo PSDB, o Estado de São Paulo, Veja, etc. fizeram uma campanha para desmoralizar a CPI, como sendo produto de uma vingança pessoal de Lula. Não importando as ações da quadrilha Cachoeira/Cavendish, a roubalheiras e a suja politicagem. Os governistas, por sua vez, procuraram proteger seus asseclas, dando armas aos opositoristas. Unidos, governo, parlamento, PT, PSDB, DEM, O Estado de São Paulo, Veja e outros interessados impossibilitaram que mais um grande escândalo da política burguesa fosse exposto à população.

A atitude do relator Odair Cunha de retirar do seu parecer as denúncias contra o procurador e a Veja mostrou quanta leviandade, hipocrisia, covardia e cinismo somados presidiram a CPI do Cachoeira. Não se trata de um comportamento político atípico, mas da manifestação da decomposição da política burguesa.

Rondônia:

Prefeito do PT de Porto Velho foi afastado por corrupção

Roberto Sobrinho foi acusado de favorecer empreiteiras por meio de processos licitatórios fraudulentos. Foi pego pela Polícia Federal, na denominada Operação Vórtice e Operação Endemia. No dia 6 de dezembro, foi afastado do cargo de prefeito. E quatro de seus secretários foram presos. Órgãos do governo estadual e federal constataram somas milionárias em contratos fraudulentos, realizados com o aval do prefeito, para execução de obras. O procurador-geral da justiça de Rondônia destilou veneno sobre os atos criminosos e prometeu colocar na cadeia Roberto Sobrinho. Veja a que ponto chega o PT! A justiça, que é corrupta, investiga e manda prender os tidos como arautos da ética e da transparência.

O PT lavou a mãos

A Executiva Municipal do PT de Porto Velho lançou uma nota sobre os acontecimentos. Está constituída de 4 pontos: 1) o PT apoia a atividade do Ministério Público e da Polícia Fede-

ral na defesa do patrimônio público e do Estado democrático de direito e de combate à corrupção”; 2) o PT não compactua com as atividades ilícitas de seus filiados e, particularmente dos que ocupam cargos na administração; 3) o PT decide pela suspensão das filiações de todos os envolvidos nessa Operação; 4) apurado os fatos, o PT toma a providência de expulsá-los. Quanta hipocrisia!

O PT sempre soube da atuação do prefeito Roberto Sobrinho, que governou a capital por dois mandatos. Fez vista grossa e, agora, que tudo veio à tona, emite uma nota em defesa da moralidade. O que a Executiva Municipal deveria explicar à população é porque abrigou em suas fileiras um bando de politiquinhos e corruptos. E justificar porque Roberto Sobrinho foi indicado como o candidato do PT para conquistar o cargo de prefeito. Certamente, não tem como dar tais explicações porque seria assinar uma carta de falência política e moral.

Encontro operário

O Encontro Operário de dezembro iniciou avaliando a distribuição do Boletim Nossa Classe nas fábricas. Em seguida, foi feita uma discussão em torno da Fórmula 85/95, defendida pelos burocratas sindicais. O texto abaixo foi elaborado para esse fim.

Fator Previdenciário ou Fórmula 85/95, quem perde é o trabalhador

1. As maiores centrais sindicais, CUT, Força Sindical, CGT e UGT, fizeram lobbies no Congresso Nacional para que aprovasse, nesse final de ano, o fim do fator previdenciário. Juntamente com empresários e governo, os burocratas sindicais criaram uma fórmula para substituir o fator previdenciário. Tudo caminhava para que a fórmula estabelecida fosse votada, mas os parlamentares jogaram a decisão para 2013.
2. O Fator Previdenciário faz parte da Reforma da Previdência, criada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se do mecanismo que combina o tempo de contribuição, com a idade e com a expectativa de vida. Objetiva dificultar as aposentadorias reduzir o valor do benefício e o tempo de recebimento. O trabalhador que contribui por 35 anos à Previdência, mas que não alcança a idade exigida, sofre um redutor que chega a 40% de seu salário. Para o governo, o Fator Previdenciário obrigaria o assalariado a permanecer mais tempo contribuindo com a previdência. Isso gerou descontentamento generalizado entre os trabalhadores e uma forte pressão sobre as direções sindicais. E, para o governo, o resultado não foi o esperado. Boa parte aceitou se aposentar com o redutor salarial e retornar ao trabalho para complementar o benefício da aposentadoria. Assim, em 2010, o Congresso Nacional aprovou a extinção do Fator Previdenciário. Porém, Lula vetou, alegando que era necessário encontrar outro mecanismo para substituí-lo. Constituiu-se uma comissão para elaborar as novas regras.
3. Dessa forma, o governo do PT, empresários e a burocracia das Centrais criaram uma emenda para substituir o Fator Previdenciário, a fórmula 85/95. Os homens teriam de combinar os 35 anos de contribuição com os 60 anos de idade, totalizando 95 pontos. As mulheres, 30 anos de contribuição e 55 anos de idade, 85 pontos. A manobra do governo e dos capitalistas era a de atrair a burocracia sindical para uma regra que mantém a essência do Fator Previdenciário. E, assim, utilizá-la para conter os descontentamentos dos trabalhadores quando ocorresse o fim do Fator Previdenciário. O papel da burocracia sindical é o de apresentar a fórmula 85/95 como favorável aos assalariados, sob o argumento de que se aposentará com o salário integral.
4. Na verdade, montou-se, novamente, uma armadilha contra os trabalhadores. Isso porque fica assegurada a essência da Reforma da Previdência de FHC, que é a combinação da contribuição com a idade. Um duro golpe a uma das principais conquistas da classe operária, que era o direito de aposentar unicamente pelo tempo de serviço. Para o governo e empresários, esse é ponto central. Tanto o fator Previdenciário quanto a fórmula 85/95 exigem maior sacrifício dos trabalhadores para alcançar a aposentadoria, mais descontos da previdência e salários menores.
5. O Fator 85/95 é uma máscara para acobertar a manutenção de normas duras contra os trabalhadores. A regra para o operário continua a mesma. Isso porque está obrigado a trabalhar muito cedo e, portanto, a contribuir mais tempo para a sua aposentadoria. Se é verdade que o trabalhador pode, com o novo Fator, ter um salário próximo do integral, é também real o fato de que se não atingir a idade mínima e o tempo de contribuição, sofrerá um redutor salarial. Pior ainda, prevê a progressividade no Fator 85/95. O que significa aumentar essa base cálculo, fala-se de 95/105.
6. O fato é que o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95 se assentam na Reforma da Previdência, medida neoliberal instituída por FHC e seguida pelos governos petistas de Lula e Dilma. A finalidade é dificultar as aposentadorias e aumentar a arrecadação da Previdência. São 13 anos de aplicação da Reforma. A Previdência continua sendo saqueada pelos governantes e empresários. Quem sustenta, na verdade, são os trabalhadores que são compulsoriamente descontados. Os patrões burlam as regras, não depositam a contrapartida e, agora, receberam isenções de parte de sua quota como subsídio do governo Dilma. O déficit da Previdência é unicamente de responsabilidade do governo e da classe burguesa.
7. A classe operária e demais explorados devem rejeitar a manobra do Fator 85/95, bem como do Fator Previdenciário. Exigir o fim de toda a Reforma da Previdência, por ser um instrumento em favor dos interesses da classe capitalista e de seus governos. E reivindicar:
 - a) O sistema único de previdência, estatal, sob o controle da classe operária;
 - b) O fim de toda a previdência privada;
 - c) O direito à aposentadoria por tempo de serviço, não mais do que 25 anos de trabalho. Portanto, o fim de todas as regras que combinam a contribuição com a idade.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Política operária (publicado no boletim Nossa Classe de 01/12/12)

Por que a classe operária não deve ficar passiva diante da crise econômica

Estamos assistindo de longe a recessão da economia europeia. O que mais impressiona é o rápido crescimento do desemprego. Vinte e cinco milhões de pessoas estão desempregadas na União Europeia.

Na Espanha, Grécia e Portugal, a vida dos trabalhadores se tornou um inferno. A juventude que necessita entrar na produção está de frente a portas fechadas. As fábricas e comércio já não contratam. Grandes empresas demitem em massa. Milhares foram demitidos pela Ford, Renault, Fiat, Iveco e Opel. Plantas inteiras estão sendo desativadas, como a Arcelor-Mittal, na Bélgica.

Os planos das multinacionais já não são de expansão, mas de retração.

A crise está, no momento, concentrada na Europa Ocidental, mas continua a solapar a economia norte-americana. O temor de que a China despenque, e assim amplie a crise mundial, já é realidade. Está claro que não mais poderá importar gigantescas quantidades de matérias primas e produtos agrícolas, como também não poderá exportar suas manufaturas como antes.

Em resumo, a crise mundial avança e arrasta também o Brasil. E a classe operária não pode ficar sentada à espera da tormenta. Devemos exigir dos sindicatos e das centrais sindicais que convoquem as assembleias para aprovar um programa de defesa dos empregos e dos salários.

O que parece seguro não está garantido

A propaganda é de que o Brasil está muito bem, se comparado com a Europa. A taxa de desemprego é uma das mais baixas. Fala-se em pleno emprego, apesar de milhões continuarem sem empregos ou estarem subempregados.

O importante, no entanto, é ter claro que essa situação que parece segura não está garantida. A maior parte das contratações continua a ser feita pelo setor de serviços (comércio, etc). A indústria vem sofrendo perdas de postos de trabalho. As multinacionais vêm ameaçando demitir em massa.

Os incentivos do governo Dilma aos empresários amortece-ram a queda da produção. Mas essa escora é provisória e frágil perante a crise mundial.

Antes da quebra nos Estados Unidos, em meados de 2008, o Brasil vinha criando entre um milhão e novecentos mil a dois milhões de novos empregos. Em 2012, estima-se que o saldo geral não passará de um milhão e quatrocentos mil.

A Vulcabras-Azaleia, na Bahia, pretende fechar 12 unidades, e anunciou que demitirá 3.200 trabalhadores.

Portanto, tudo indica que o desemprego voltará a acossar a vida das famílias assalariadas. É com essa previsão que o movimento operário deve se organizar para a luta.

Se o emprego e o salário são tudo para o trabalhador, é preciso que os sindicatos os defendam para valer

O movimento operário sempre teve de enfrentar as demissões e o desemprego. Para isso, se valeu de reivindicações próprias. São elas: *1) estabilidade no emprego; 2) redução da jornada sem reduzir os salários; 3) fim das horas-extras; 4) piso salarial de acordo com a necessidade da família operária.*

A posição dos sindicatos era que todos os trabalhadores deveriam ter um emprego estável e um salário que garantisse a sua vida e a de sua família. É o mínimo que se pode exigir do patronato e do sistema capitalista de exploração de nossa força de trabalho. Mas não é isso que vem acontecendo. Em lugar de reivindicações próprias, as direções sindicais fazem acordos de

redução de jornada com redução dos salários, suspensão temporária, banco de horas e outras “flexibilizações” trabalhistas. Isso acontece nas multinacionais, que ganham rios de dinheiro.

Os trabalhadores nas montadoras podem achar que é melhor assim do que perder o emprego. É o que dizem os dirigentes sindicais. Mas a redução dos salários fere um direito trabalhista, que deve ser sagrado. E ainda por cima não garante de fato os empregos, a não

ser provisoriamente.

Além disso, há uma consequência grave: fazem-se acordos por empresa e assim não se organiza o movimento geral pelo emprego e salário. A cada acordo prejudicial aos salários e à jornada de trabalho, se enfraquece a capacidade de luta da classe operária, que é nacional e internacional.

Diante disso, é preciso defender as reivindicações que garantem os empregos e os salários. Uma reivindicação que defende não somente quem está empregado, mas também o desempregado é a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO DOS SALÁRIOS. ISSO PORQUE RESULTA EM DIVIDIR AS HORAS NACIONAIS TRABALHADAS ENTRE TODOS OS QUE ESTÃO APTOS AO TRABALHO, SEM REDUZIR SALÁRIOS.

Combater a rotatividade da mão-de-obra

Em boa parte dos ramos da produção, a exemplo da indústria têxtil, os capitalistas contratam temporariamente para não ter gastos trabalhistas. Findo os três meses, ou antes, demitem sem dó nem pena.

No mês de outubro, o Ministério do Trabalho constatou que um milhão, setecentos e um mil trabalhadores foram contratados e um milhão, seiscentos e quatro mil foram demitidos. Ou seja, houve a criação positiva de 66,9 mil empregos. O que explica tamanho número de contratação e de demissão é a *alta rotatividade*.



O patronato usa esse expediente para rebaixar os salários e evitar custo trabalhista. Não faltam casos em que o capitalista acha um jeito de demitir por justa causa.

Essa petulância patronal existe porque as direções dos sindicatos fecham os olhos e ficam sentados na sede do sindicato, como se fossem burocratas de cartório. **Já passou da hora de se lutar pelo fim da contratação temporária e do tempo de experiência dado ao patronato para que este possa usar a rotatividade para esfolar os trabalhadores.**

Que os sindicatos e as centrais sindicais iniciem imediatamente uma campanha pelo emprego e fim de toda legislação que protege o capitalista contra o trabalhador.

Solidariedade operária

Diante do anúncio da Mercedes-Benz de que demitirá 484 metalúrgicos contratados por tempo determinado, mais de 1.000 compareceram na assembleia realizada na sede do sindicato. Mais de 500 que não estão na lista dos cortes, portanto, se solidarizaram e saíram em defesa de seus companheiros de

Paraná:

Perseguição de empresa de telefonia acobertada por sindicato pelego

Após assembleia do Sinttel – PR - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações Londrina, a empresa ASK demite trabalhadores que participavam do movimento por reivindicações que beneficiariam cerca de 300 atendentes.

A Ask é uma empresa terceirizada de call-center e pertence ao grupo Sercomtel, uma das últimas empresas municipais que ainda não foi incorporada pelos tubarões das telecomunicações mundiais que monopolizam o setor. Do mesmo modo que as outras (TIM, VIVO, etc.) ela terceiriza boa parte de seus serviços de atendimento como serviços de atendimento ao cliente, como reparos técnicos, e também os agentes de telemarketing, que sofreram as demissões.

As condições de trabalho dos agentes de telemarketing, como são denominados para fugir à isonomia com os funcionários da SERCOMTEL, são desumanas e os salários miseráveis. Além disso, tanto a SERCOMTEL quanto as suas terceirizadas vêm sendo desmontadas e os serviços degradados numa evidente operação de desvalorização da empresa com o objetivo de privatizá-la a curto prazo.

Os trabalhadores, reunidos em assembleia do dia 28 de novembro para montar a pauta a ser apresentada à empresa, pegaram de surpresa os representantes patronais e da burocracia sindical da Sinttel, pertencente a FENATEL – (Força Sindical, CUT e UGT). O dirigente do sindicato João Henrique Schmidt (PP), tentou encaminhar burocraticamente a aprovação da pauta e impedir as manifestações da assembleia. Mas, desde o início, os trabalhadores questionaram pontos do reajuste salarial, reajuste de escala de trabalho, vale alimentação com valores bem acima da proposta do dirigente do sindicato.

Como havia boa organização e, pela primeira vez, os funcionários em maior número, o dirigente fracassou na sua ten-

trabalho. É preciso agora mobilizar o conjunto da fábrica.

Está claro que o acordo de 3 de setembro, que resultou em “lay off”, licença remunerada e banco de horas, já não é do interesse da multinacional. A Mercedes-Benz se aproveitou das vantagens fiscais dadas pelo governo federal e agora avalia que é melhor para sua lucratividade usar menos mão-de-obra e aumentar a produtividade dos demais operários.

Certamente, a matriz avalia que a queda no consumo será maior ainda no futuro próximo. Está se preparando para o avanço da crise de superprodução, enxugando seus quadros com demissões.

O primeiro passo de mobilização contrária às demissões foi dado. Mas não é suficiente. ***É preciso unir a fábrica toda para defender os empregos. E lançar uma campanha de solidariedade entre todos os metalúrgicos do ABC. As ameaças da Mercedes-Benz indicam que outras montadoras poderão fazer o mesmo, bem como o setor de auto-peças, etc.***

Todo apoio aos metalúrgicos! Nenhuma demissão! Contratação de todos! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem reduzir os salários!

tativa de conciliar as propostas para esvaziar-las. Já no final foi apresentada a proposta de uma comissão – eleita pela assembleia – de negociação conjunta, entre sindicato e trabalhadores com o patrão. Schmidt, como sempre, se opôs e, com uma manobra, tentou encerrar a assembleia antes desta votação. Foi escorraçado pelos presentes e de lá saíram cinco nomes para compor a tal comissão. Estes cinco representantes eleitos foram demitidos no dia 3 de dezembro. O sindicato não moveu uma palha, o que prova a sua cumplicidade com o patrão. Está mais que provada a intenção de privatizar logo a empresa, por isso, não terão nenhum escrúpulo de afastar qualquer obstáculo que se interponha. Um movimento reivindicativo que obrigasse a empresa atender a exigências dos trabalhadores não poderia ser tolerado, havia que extirpar o mal pela raiz.

A revolta que provocou esta situação se manifesta na própria SERCOMTEL cujos funcionários fizeram um dia de paralisação e estão indignados com a perda de benefícios que tiveram em razão da má condição financeira da empresa. Alguns já se manifestaram contra a demissão dos “agentes de telemarketing” da ASK. Mas, a organização dessa revolta deverá vencer a resistência do sindicato que tende a se alinhar à empresa.

Verifica-se também, neste episódio, a tendência do capitalismo degradar cada vez mais as condições de existência dos trabalhadores, não tolerando nem incorporando o menor avanço salarial, recorrendo para isso à brutalidade da demissão e tendo ao seu lado a apodrecida burocracia sindical. Os trabalhadores têm diante de si a monumental tarefa de recuperar o sindicato para a classe e se estruturar em movimento em torno a claras bandeiras de defesa do emprego e salário para todos, autonomia do sindicato e liberdade de organização.

Zona Leste de São Paulo

Aumentam os assassinatos de jovens nos bairros operários

Nos bairros pobres, a situação é cada vez mais grave. O toque de recolher é soado quase todas as noites. A população não tem como se esconder. As ruas e as calçadas fazem parte das moradias, que são geralmente insalubres e apertadas. Falta tudo: esgoto, iluminação adequada, ruas asfaltadas e calçadas limpas e transitáveis. Quando chove, é uma verdadeira tristeza. As enchentes são frequentes e, conseqüentemente, vêm as doenças. São nesses bairros que proliferam a criminalidade e as matanças de jovens pelos policiais. Há mais de um mês que diariamente se assiste a uma chacina.

O governo Alckmin trocou o comandante da Segurança, aumentou o policiamento e aceitou as medidas do Ministro Eduardo Cardoso para “conter” as matanças indiscriminadas. Mas nada foi modificado. Os assassinatos continuam e as vítimas estão nos bairros operários, a exemplo da Zona Leste. A saída burguesa só pode ser a da ampliação da repressão.

O fato é que as mães estão amedrontadas. Seus filhos estão na mira das armas policiais. A qualquer momento, por qualquer pretexto, a polícia passa matando, pode ser dia ou noite. A população vivencia a Rota policial matando jovens que estavam na calçada, na porta de casa e na frente dos bares. Muitas

vezes prendem e depois são encontrados fuzilados. A justificativa da polícia é sempre a mesma: houve troca de tiros e os bandidos morreram.

No dia 20 de novembro, mais uma cena de terror foi vivida na Zona Leste. A polícia assassinou um menino na frente dos moradores. A população enfurecida enfrentou os policiais, que saíram correndo e ameaçando que o bairro “não terá mais paz”.

No momento das eleições, os politiquinhos não saem dos bairros pobres. No momento das chacinas, fogem como o diabo da cruz. Os moradores, por sua vez, ainda estão iludidos com a democracia burguesa e acabam aceitando as promessas demagógicas dos candidatos a um posto no Estado. Será por meio da experiência, como essa, que uma parte se aproximará das ideias revolucionárias. O que depende da atuação do partido operário.

A Corrente Proletária/POR tem em seu programa a solução para a barbárie, que se expressa na matança da juventude. Uma de suas bandeiras para acabar com a criminalidade e proteger os jovens é a defesa do emprego a todos, materializada na reivindicação de 4 horas na produção social e o restante para os estudos e lazer.

V Conferência da APEOESP reafirma política governista

Entre os dias 28 a 30 de novembro, ocorreu a V Conferência Estadual da APEOESP. Com a participação de mais de 2000 delegados de todo o estado de São Paulo, a Conferência serviu para que a direção majoritária (PT e PCdoB) reafirmasse sua política de colaboração com os governos estadual (aprovando a avaliação por desempenho e preservando sua participação na Comissão Paritária da Carreira) e federal (aprovando o Plano Nacional de Educação e a manutenção da presidente do sindicato no Conselho Nacional de Educação). Outros aspectos organizativos e das propostas aprovadas apenas confirmaram essa essência pró-governo da Conferência.

Organização da atividade

Desde os encontros das Pré-Conferências, que ocorreram nas regiões/subsedes, já denunciávamos o caráter burocrático da atividade. Sem delegação direta das escolas, os encontros regionais foram marcados pela despolitização e fraude e serviram para referendar os nomes já ligados à burocracia (representantes e conselheiros do sindicato).

Não foi uma Conferência de trabalhadores de base; a maioria conquistada pela Articulação e ArtNova (ambas correntes do PT) se deu sob essa condição – de impedir a participação dos professores que estão nas salas de aula, enfrentando todos os problemas das escolas. A fraude foi denunciada no primeiro dia, com a delegação de oposição de Jacareí, a qual demonstrou ter ganho a maioria no encontro regional mas não levou os delegados pelo golpe orquestrado pela presidente do sindicato na reunião

do Conselho de Representantes que anulou o encontro regional. Como em Jacareí, outras fraudes ocorreram em todo o Estado, como a não realização dos encontros regionais e a escolha dos delegados pelas coordenações das subdesdes (a maioria das subdesdes do interior não contam com algum grupo de oposição).

Com a maioria dos delegados, a direção petista impôs seu regimento na Conferência. Preservou as palestras e mesas com expositores nos grupos (os quais se transformaram em “oficinas temáticas”); manteve o filtro de 20% de votos nas “oficinas” para que as propostas fossem levadas à plenária final e manteve as plenárias por tema com tempo máximo para realização, o que significava excluir de votação mesmo as propostas aprovadas nos grupos.

Garantiu também, sem direito a discussão ou votação, a marcação dos delegados a partir de pulseiras coladas nos pulsos já no credenciamento. Objetivava, com as pulseiras de 7 cores diferentes, impedir que os delegados mudassem dos grupos determinados pela burocracia e buscava também ajudar os negócios dos hoteleiros (pagos para “receber” os professores) que podiam identificar facilmente quem era delegado e quem não era.

Essa excrescência de marcação é prática comum em outras burocracias, como a dos bancários, que assim tem um controle maior nas assembleias. Representa o controle da burocracia sobre os delegados e simboliza o caráter repressivo que os petistas da APEOESP vêm assumindo na última década. A Corrente Proletária tentou denunciar o uso das pulseiras, retirando-as do regimento, mas foi impedida inclusive de colocar a questão, pois

a presidente do sindicato ordenou que fosse feita “votação sumária” sobre questões de credenciamento, impedindo a fala e a denúncia. Marcados nos três dias, os delegados se submeteram ao controle externo. O restante da oposição consentiu com as pulseiras, não levantando qualquer questionamento sobre o fato.

O governo fala durante a Conferência

Com exceção do último dia, de votação das plenárias, os dois dias iniciais foram marcados pela palavra do governo. Além dos burocratas que já falam em nome do governo, o próprio governo mandou seus representantes (ex-deputados, representantes do MEC e do Senado, vereadores, etc.). O Ministério da Educação teve sua política delineada com precisão nos dois dias. Os petistas ouviram felizes como a política de conciliação de classes tem sido aplicada e tem contido os movimentos.

A Oposição que faz parte da direção executiva, de forma minoritária (Alternativa e Bloco de Oposição), consentiu com essa ampla participação do governo, “indicando” alguns nomes para compor as mesas, como professores universitários e membros do PSTU. Em vez de denunciar a função das mesas como pró-governo e despolitizadores da Conferência, a oposição minoritária se adapta a mais esse feito da burocracia e busca manter “espaço” diante do processo autoritário que caminha a passos largos no sindicato.

A essência das palestras foi afirmar o acerto do Plano Nacional de Educação, das reformas do Ensino Médio e aplaudir a colaboração do sindicato nas instâncias do governo. A defesa do PT contra as denúncias de corrupção foi feita abertamente. Como em outros fóruns, os petistas elogiaram ao máximo o governo de Lula e Dilma e criticaram exclusivamente o governo de FHC e do PSDB.

A Conferência, por esse conteúdo, foi pró-governo, pró política burguesa e contra a educação pública, profundamente atacada nos últimos vinte anos.

As “oficinas temáticas” sem debate

A razão dos grupos terem se tornado oficinas com expositores está ligada à estratégia mais geral de controle do sindicato e destruição da democracia interna. Os palestrantes falavam por uma ou duas horas e os grupos (7 ao todo) que tinham se iniciado com quase 400 delegados se esvaziavam quando da apresentação das propostas pelos delegados.

Limitados pelo tempo e pelo esvaziamento, a oposição precisava apresentar suas teses e suas propostas. Em alguns grupos, como o sobre “gestão democrática”, isso foi impossível. A palestra se estendeu de tal forma que apenas alguns delegados puderam ser inscritos. A elevação política dos delegados era impossível sem discussão. Por isso, falamos de maior controle da burocracia, pois se um ou outro delegado do interior veio sem estar fechado com a política da Chapa 1, essa meia dúzia não podia ouvir as propostas da oposição, nem se posicionar.

Nos grupos em que houve maior debate, pudemos expor nossas teses gerais, definidas por: (a) rejeição do PNE e do financiamento proposto pelos governos; (b) rejeição das reformas do Ensino Médio (Ensino Médio Inovador do governo federal e Ensino Médio Integral do governo estadual); (c) rejeição da colaboração do sindicato com os governos, defendendo a independência sindical; (d) defesa dos trabalhadores por meio das reivindicações

vitais (salário mínimo vital, escala móvel das horas de trabalho, estabilidade para todos os professores, fim das reformas e conquista dos direitos retirados nos últimos anos); (e) defesa da juventude, expressa na bandeira de proteção legal de 4 horas no trabalho e o restante na escola e lazer; (f) defesa do ensino público, manifestada na consigna de um único sistema de educação, público, gratuito e em todos níveis com estatização de toda rede privada; (g) defesa de uma nova escola, vinculada à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha e conquistada por meio da revolução social.

Tivemos propostas aprovadas em cinco grupos, por meio do acordo com as oposições, o qual garantia o direito democrático de todas as teses e correntes poderem ter suas propostas apreciadas na plenária final. O Bloco de Oposição (formado majoritariamente pelo PSOL), em dois grupos, não acatou o acordo e não votou nas propostas de rejeição do PNE e das reivindicações gerais como salário mínimo vital e escala móvel das horas de trabalho.

Resoluções discutidas e votadas nas plenárias finais

Com o tempo regimental de 50 minutos para as plenárias temáticas, boa parte das propostas não foram sequer defendidas em plenário. Em geral, todas as propostas da Articulação e Art-Nova foram defendidas; a maior parte, da oposição Alternativa e Bloco de Esquerda e algumas, das correntes menores.

Apenas duas propostas importantes para a Corrente Proletária na Educação não foram defendidas em plenário: a relativa às cotas, rejeitando sua essência que é impotente diante da expansão do ensino privado e que mantém a exclusão da maioria da população; e a voltada ao PNE, na qual rejeitávamos o princípio do Plano, por ser privatista, manter a exclusão da maioria e tratar-se de mais uma farsa como os Planos anteriores. O PSOL com sua visão reformista-administrativa não rejeitava na íntegra o PNE e o PSTU continua a defender as cotas, embora se oponha à política de cotas do governo federal.

Foram votadas e discutidas também resoluções sobre o Ensino Médio, Plano de Lutas, Concepção de escola e Reforma Trabalhista.

Principais votações

1.) PNE e financiamento

A Oposição Alternativa (PSTU e outros) se opôs ao Plano do governo, mas não houve uma rejeição ao princípio de existência dos Planos de Educação. A votação principal girou em torno da bandeira petista de aplicar os 10% do PIB ao longo do decênio e a proposta das duas principais alas de oposição (PSTU e PSOL) de defender a aplicação dos 10% imediatamente. Ganhou a posição petista.

Contraopondo-se à defesa desse financiamento, a Corrente Proletária defendeu a resolução de sistema único e estatização. Eis a resolução debatida e votada:

“A Corrente Proletária tem em seu programa a luta por um único sistema de ensino, público e gratuito vinculado à produção social. Combate a privatização aberta ou velada dos governos por meio da estatização de todo o ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha. A defesa da estatização é uma das armas mais importantes, porque se choca com o domínio do imperialismo, que dita as diretrizes educacionais para o país semicolonial”.

A Articulação Sindical defendeu contra a proposta com o ar-

gumento de que não podemos nos opor ao “direito de escolha garantido na Constituição”; que um sistema único fere as liberdades individuais e que a estatização é impossível. Nossa resolução foi rejeitada, mas a Oposição Alternativa votou conosco e a proposta deve ter alcançado uns 10% do plenário, que contava com mais de 2000 delegados.

2.) Sobre a Carreira

Alternativa e Bloco de Esquerda votaram junto pela Carreira única e aberta, sem os interstícios e que a APEOESP saísse da Comissão Paritária, organizada pelo governo. A Articulação se opôs e defendeu a participação na Comissão como vitoriosa para a luta do magistério. Sua proposta continha ainda a defesa da avaliação de desempenho, por meio da defesa da prova por mérito e manutenção dos interstícios e dos intermináveis cursos para “evoluir” na carreira. A Corrente Proletária se absteve na votação por entender que parte da proposta das oposições é errada com a defesa da evolução (ainda que defendamos também a saída da Comissão Paritária) e por rejeitar integralmente a proposta da burocracia.

3.) Sobre o Ensino Médio

Toda oposição rejeitou as reformas do ensino médio, tanto do governo federal quanto estadual. Mas não havia unanimidade quanto à rejeição do princípio da escola de tempo integral. A proposta da Alternativa era a defesa do ensino noturno, contra o fechamento de salas. A resolução aprovada pela Articulação Sindical defendia o Ensino Médio Inovador e buscava “consertar” o Ensino Médio Integral. Na essência tem defendido as reformas do currículo como “estratégia” para “melhorar o ensino”, portanto, tem a mesma política dos governos, ainda que apresente “diferenças” quanto à aplicação e o conteúdo das reformas.

Nesse ponto, defendemos nossa resolução, que tinha como objetivo proteger a juventude, garantindo escola e trabalho a todos.

“As propostas do Programa “Ensino Médio Inovador” do governo federal e “Ensino Médio Integral” do governo estadual objetivam criar algumas escolas com um ensino tradicional em melhores condições que as atuais; objetivam, portanto, cristalizar a existência de duas escolas de ensino médio para elevar os índices, exigidos pelos organismos imperialistas. A “Escola de Ensino Médio Integral” não pode ser “universalizada”, como defende a direção do sindicato. Ela é excludente por natureza, impede o estudo e o trabalho a todos. A proposta é demagógica e serve para punir os trabalhadores da educação, por isso deve ser rejeitada na íntegra.

A Corrente Proletária defende: a) a rejeição total das propostas governamentais que dividem os estudantes, tanto o projeto “Ensino Médio Inovador” quanto o projeto “Escola de Tempo Integral”; b) a juventude contra a exploração do trabalho e o acesso universal ao ensino, através da bandeira de 4 horas no trabalho e o restante na escola e lazer; nenhum jovem sem escola ou sem trabalho; c) a bandeira estratégica de criação de uma nova escola como produto de uma nova sociedade, a partir da qual será possível a união do ensino com trabalho produtivo para superar a divisão entre trabalho intelectual e manual.”

Outra vez, a Articulação se opôs com os argumentos liberais burgueses, afirmando não ser possível rejeitar “reformas progressistas”, como o ensino integral. Reafirmou que é possível lutar pela melhoria das escolas com base nos projetos existentes, e

que é necessário formular as revisões através dos fóruns, como CONAE, e lutar para que os remendos sejam incorporados às leis já aprovadas. Também tivemos o apoio na votação de setores da oposição, com a resolução rejeitada pela maioria.

4.) Concepção de escola

A burocracia queria impedir que defendêssemos a escola vinculada à produção social. Tivemos que fazer uma luta junto a mesa e ao plenário para podermos encaminhar o debate e a votação.

Dois companheiros defenderam a resolução abaixo:

“Os governos lançaram a campanha de alfabetizar todas as crianças até os oito anos. A leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para o conhecimento. O problema é que a escola se resume, na melhor das hipóteses, ao ensino da leitura, escrita e noções de cálculo. Como são tratados de forma mecânica, a assimilação é repetitiva e memorística. E o resultado não poderia ser outro: pouco se aprende.

A escola substitui o objeto do conhecimento (a realidade) pela repetição de textos ou pela adoção de projetos como extensão da sala de aula. O conhecimento é resultado da ação transformadora do homem sobre a natureza e sobre a realidade social, por meio do trabalho produtivo. A escola separa a teoria e prática, consequentemente, deixa de ser criadora.

As direções sindicais dizem que a defesa da escola voltada à produção social não condiz com nossa época. E se limitam a repetir as fórmulas dos acadêmicos como soluções para a crise da educação. Assim, acabam defendendo a escola de classe do capitalismo, acobertada pelo palavreado de “qualidade”, “inclusiva”, etc.

A Corrente Proletária diante do fracasso escolar levanta a bandeira da escola única, vinculada ao trabalho social. A escola em que combina a teoria com a prática na produção social. Essa é a única forma de conhecer e transformar a natureza e a sociedade. Defende meio período na escola e meio na produção social”.

A defesa da rejeição da resolução coube novamente a Articulação, na figura da presidente do sindicato, e ao PCO. O membro do PCO alegou que a escola vinculada à produção social não tem sentido em nossa época, que é uma bandeira ligada exclusivamente à revolução russa, quando era preciso desenvolver as forças produtivas, que hoje não defendemos trabalho à juventude, mas apenas educação para “a luta de classes”. A Articulação reforçou o caráter “deslocado” da proposta, reafirmando que estamos em uma sociedade capitalista e que esse vínculo é impossível.

Diante dos absurdos falados pela dupla PCO/PT, mesmo setores da oposição que nunca defenderam a bandeira, como a Alternativa/PSTU, votaram conosco e a proposta também recebeu boa votação, conquanto tenha sido rejeitada pela maioria.

5.) Plano de Lutas

Nessa plenária, várias resoluções foram votadas. A geral foi a da Articulação, que tinha como conteúdo: implementação da jornada do piso, continuidade das ações judiciais, dia estadual de debate sobre o Plano de Carreira, redução dos interstícios, dia estadual da saúde do professor, realização das Olimpíadas da Apeoesp, reeditar a campanha ‘Paz nas escolas’, redefinição do programa de ensino em tempo integral, iniciando pelo ciclo 1, pelo fim da seleção por perfil e remoção ex-ofício, e proposta de greve em abril - pelo atendimento das nossas reivindicações.

Como se vê, tirando a bravata relacionada à greve, que nunca foi construída por essa direção, o restante refere-se a emendas aos

projetos existentes; não há uma luta de oposição ao governo, com um plano de lutas independente e baseado na mobilização.

Foi aprovado ainda o acordo entre todas as correntes relacionado ao 10% do PIB para educação “apenas para escola pública”. Abstivemo-nos do acordo por saber que ele é impotente quando desvinculado da luta contra o ensino privado.

Também por acordo foi aprovada uma resolução contra o Acordo Coletivo Especial (ACE) proposto pelo sindicato metalúrgico do ABC. Mesmo os burocratas da APEOESP dizem rejeitar tal reforma que “retira direitos”. Sabemos que se trata de demagogia, mas a resolução aprovada pode servir para uma campanha contra mais essa traição dos cutistas no seio da classe operária.

Por último, destacamos a defesa das reivindicações vitais e a independência sindical:

“A Corrente Proletária criticou a política do governo, denunciou a conduta da burocracia sindical e defendeu a luta pelo salário mínimo vital, o reajuste automático, trabalho igual e salário igual, o fim das avaliações por mérito e seletivas, efetivação de todos os professores contratados, estabilidade, aposentadoria especial e todas as conquistas retiradas pelos governos.

A Corrente Proletária denunciou a falcatura armada pela burocracia, defendeu as reivindicações e os métodos para alcançá-las. Combateu a burocratização e o servilismo da direção ao governo do PT e levantou a bandeira da independência política da Apeoesp frente ao governo. Propôs a saída imediata da presidente do sindicato do Conselho Nacional de Educação. A Conferência da Educação deve rejeitar a política dos burocratas e aprovar a democracia sindical”.

De nossa defesa, o que os burocratas da Articulação bateram foi na defesa de saída da presidente do sindicato do CNE. Com razão, ali estava o cerne da política colaboracionista da direção. Mais uma vez, alegaram que se tratava de uma vitória e que a luta institucional não pode ser abandonada, que essa é a luta que pode garantir mais conquistas. Toda a oposição votou conosco, mas a resolução foi rejeitada pela maioria governista do plenário.

Adaptação do PSTU às pressões de seus coletivos internos

De alguns meses para cá, o PSTU tem defendido “auxílio-creche” nas instâncias do sindicato. O mesmo ocorreu nessa Conferência. Defendida inicialmente no grupo e depois na Plenária Final, a proposta se baseia na ideia de que as mães trabalhadoras gastam com as creches particulares e que o governo deve restituir esse valor com o “auxílio-creche”. Ainda que defenda bandeira de “rumo a 100% das creches públicas”, a proposta do PSTU é uma concessão à escola privada, por meio de ajuda governamental.

Percebemos que essa proposta não é aceita plenamente pelos militantes, mas a direção acata pela pressão do coletivo de mulheres. É uma concessão grave, que contamina a defesa do ensino público. Nenhuma corrente, nem mesmo os petistas, aprovaram a medida (ainda que sejam favoráveis ao FIES e ao ProUNI). O PSTU se isolou com essa bandeira de conteúdo privatista.

Fragmentação das oposições

Percebemos que, ano após ano, o sindicato torna-se mais burocrático, mais autoritário e com maior controle dos petistas. Isso já havia se confirmado com o congresso de 2010, com alteração do Estatuto e foi reafirmado nessa Conferência.

Nesse momento, de profundo ataque à democracia sindical,

as oposições tem se esfacelado em virtude de uma política aparelhista e sem princípios. A formação do Bloco de Esquerda nessa Conferência (reunindo grupos do PSOL, ex-petistas e correntes ditas independentes) assinalou esse fenômeno.

A política abertamente reformista do PSOL, porém demagogicamente mais “democrática” (pois aceita tudo e todos para se construir), permitiu um agrupamento heterogêneo e maior que o da tradicional “Oposição Alternativa” (capitaneada pelo PSTU).

Além de uma política mais rebaixada, com a defesa de um PNE e oposto às bandeiras de estatização, de salário mínimo vital, estabilidade sem concurso, etc., o Bloco das Esquerdas compareceu dividindo as votações tanto nos grupos quanto nas plenárias finais e apareceu como uma “terceira” força a disputar o sindicato futuramente.

É sabido por todos que a Articulação não pode ser derrotada nas urnas. Portanto, a política de conformação de um novo agrupamento de oposição só pode servir na disputa aparelhista por cargos entre PSTU e PSOL. A discussão de uma chapa de oposição unificada para 2014 se verá mais prejudicada pelo enfrentamento entre os dois partidos, que utilizam as demais correntes como medidor de forças no interior do sindicato.

Em virtude dessa fragmentação, o bloco da Oposição Alternativa compareceu mais à esquerda do que em outros anos. Ainda que defenda as cotas e o PSTU, exclusivamente, tenha defendido o “auxílio-creche”, bem como tenha aceito a existência da prova por mérito, nas plenárias de votação apareceu mais firme na crítica à direção sindical. Rejeitou pontos do regimento (como os 20% de filtro); retirou as falas na palestra de conjuntura se confrontando com a postura autoritária da mesa; votou em todas as propostas da oposição e, nas plenárias, votou com a Corrente Proletária em propostas que não são defendidas por eles, como estatização de toda rede privada, escola vinculada à produção social e combinação de estudos e trabalho.

Derrotar a burocracia por meio da luta

Sabemos que esses fóruns são jogos de cartas marcadas. Vale neles a denúncia dos desmandos da burocracia e de seu grau de colaboração com os governos. Para a Corrente Proletária na Educação/POR, é preciso fazer um trabalho sistemático junto aos professores e aos grupos de oposição para forjar um programa de combate à burocracia.

Como as oposições também apresentam traços burocráticos e tem posições estranhas à defesa dos trabalhadores, da juventude e da escola pública, precisamos construir uma fração revolucionária no interior do sindicato. A fragmentação das oposições é também resultado da ausência de uma política revolucionária. Reformistas de um lado e centristas de outro se digladiam pelo manutenção ou aumento do espaço no interior do sindicato altamente burocratizado.

A resposta a essa situação não pode nascer dessas instâncias, só pode ser fruto da luta direta dos professores contra a direção traidora. Portanto, só pode surgir através da ação direta pelas reivindicações mais sentidas. Impulsionar as assembleias, os atos, as paralisações, e a própria greve é nossa tarefa, pois por meio desses métodos podemos impor derrotas aos governos de plantão e varrer com essa direção corrompida e autoritária que se apossou de nosso sindicato.

Royalties do petróleo não garantirão 10% do PIB para a educação

Com a aprovação da Medida Provisória 592, em 30 de novembro, o governo alardeia que destinará 100% dos royalties futuros do pré-sal para a educação. Mercadante já anunciou que agora sim é possível garantir os 10% do PIB para a educação em 2020 e os puxa-sacos do governo no meio estudantil, que se alojam na direção da UNE, já alardearam que esta é uma vitória estratégica, conquistada unicamente por eles. O PCR, que divide a direção da entidade, também comemora como importante conquista dos estudantes e do povo brasileiro e afirma que os 10% ainda não estão garantidos, sendo necessário manter a luta.

O que os dois herdeiros do estalinismo não falam é que esta MP é um grande engodo. Uma farsa para iludir os estudantes e desviá-los do caminho da luta.

De acordo com a auditoria cidadã da dívida, a análise da MP 592 revela que nada muda em relação aos royalties atuais. Os futuros royalties decorrentes da exploração do petróleo representarão apenas 15% do valor da produção, dos quais 78% irão para estados e municípios, sem obrigatoriedade de aplicação na educação. Os 22% restantes, que equivalem a 3,3% do valor de produção do pré-sal, irão para o Fundo Social, dos quais 50% iriam para a educação, ou seja, no final das contas, só 1,65% do “Pré-Sal” chegariam ao orçamento da educação.

Lendo a MP, porém, percebe-se que não serão destinados 50% do fundo social para a educação. Mas sim o rendimento das aplicações financeiras, que num contexto de crise, não dá nenhuma garantia de lucratividade, podem facilmente servir para comprar os títulos podres que os banqueiros internacionais estão loucos para desovar.

Os tais dos 100% dos royalties para a educação só se aplicariam aos futuros contratos de concessão à iniciativa privada dos novos poços, fora do pré-sal. Ou seja, a “vitória estratégica”, a “conquista do povo brasileiro” está condicionada ao leilão dos poços de petróleo. E o presidente da UNE, ainda tem a cara de pau de comparar a atual campanha com a do “Petróleo é nosso”.

Se os poços em operação fossem integralmente leiloados, isto somaria cerca de R\$ 27 bilhões anuais em royalties, que representam 0,6% do PIB. Revela-se então que a possibilidade de se chegar aos 10% do PIB para a educação por esta via não passa de uma conversa mole para iludir os estudantes.

O POR sempre deixou claro que o problema central da educação não é o percentual destinado ao financiamento e que 10% do PIB não resolverá a exclusão de 85% da juventude do ensino superior, não resolverá o analfabetismo nem os demais problemas que assolam a educação no país. Nossa defesa é de fim do ensino privado, por meio da estatização sem indenização e constituição de um Sistema Único de Ensino público gratuito, laico, científico, autônomo e sob controle dos que estudam e trabalham. Apesar disso, nos dispomos, por meio da ação direta e da organização independente dos estudantes e trabalhadores, arrancar do governo os 10% do PIB para a educação. Este, porém não tem sido o caminho adotado pela UNE que se submete totalmente ao governo antinacional e antipopular de Dilma, resume sua ação a acordos de gabinete e ilude os trabalhadores. A ANEL também não assumiu a tarefa de organizar a luta nas ruas, promoveu um plebiscito, defende as pressões parlamentares e não investe decisivamente na ação independente dos estudantes.

Associação de Moradores do Crusp (USP)

O que o resultado das eleições para a Amorcrusp mostrou:

Necessidade de retomar a luta

Há uma parte significativa dos moradores descontente com a política conciliadora com a SAS/reitoria das ultimas gestões. Sem um trabalho e organização prévias, foram convocadas reuniões públicas para que se formasse uma chapa de oposição, baseada num programa elementar de defesa das reivindicações, métodos de luta e democracia estudantil. Poucos dias de campanha, limitada por um teto de gastos, com uma comissão eleitoral declaradamente aliada à CRUSP Popular, inclusive manifestando apoio a essa chapa durante a condução da mesa dos debates entre chapas, foi suficiente para que se abalasse o controle da atual direção. Houve um crescimento da participação nas eleições, disputa real de posições e polêmica. A atuação das gestões conciliadoras (agora CRUSP Popular) causou estragos na disposição de luta dos moradores do CRUSP, reduto de outras lutas no passado recente. Mas bastou uma iniciativa para despertar novamente um sentimento de luta.

A votação expressiva da chapa Retomada mostra que há

condições políticas para se constituir uma oposição organizada, que atue diante dos problemas da moradia e trabalhe para que a ação coletiva cresça e ganhe força necessária para enfrentar a SAS/reitoria/governo. O que depende de se projetar também para o conjunto do movimento estudantil, apesar da atual direção do DCE imobilista.

CRUSP Popular X Pra frente CRUSP: pequenas diferenças

A direita manejada pela SAS/reitoria teve medo da vitória da Retomada, e renunciou em meio às eleições em favor da CRUSP Popular. O que indica que entre elas a diferença é de grau, não é de essência. A essência é que ambas não têm independência política e organizativa em relação à SAS/reitoria. É possível que parte da vitória da CRUSP Popular se deva ao apoio da direita. O episódio provou que existe uma oposição avessa entre a Retomada e as outras duas chapas. A vitória da CRUSP Popular, apoiada pelos setores direitistas, a empurrará ainda mais para

a conciliação com a SAS/reitoria, em oposição às necessidades mais sentidas pelos moradores.

Essa política submissa à SAS/reitoria ficou explícita em um dos debates, em que essas duas chapas defenderam o diálogo com a burocracia como método para se conseguir alguma melhoria. A Pra Frente CRUSP chegou a defender que a associação “não é capaz de andar com as próprias pernas” e por isso é necessário “pedir” à SAS que ajude os moradores. A CRUSP Popular defende que o método da ação direta e a democracia estudantil, com base nas assembleias, defendidos pela Retomada são radicais e autoritários e por isso “não aglutinam”, sendo preciso dialogar, ouvir quais são as demandas dos moradores. Falácia! A principal reivindicação dos moradores é a defesa da própria moradia e a CRUSP Popular abarca integrantes da antiga gestão que não moveu um mísero dedo para organizar a luta em defesa da Amanda e seu filho de um ano que foram ELIMINADOS por lutar por moradia!

Rechaço à Assembleia! A substituição da ação coletiva pela ação individual

A promessa da CRUSP Popular, de fazer as assembleias quando necessário, serve de pretexto para não convocá-las, afinal é a gestão quem decide a necessidade ou não delas. Cabe à oposição atuar organizadamente nas reuniões de gestão e pressionar para que se convoquem as bases a decidirem através das assembleias e tomarem em suas próprias mãos a resolução dos problemas, confrontando a SAS/reitoria com a força da mobilização.

A assembleia não pode ser apenas fruto da mobilização, como defende a CRUSP Popular, mas parte constitutiva e impulsionadora dela. Há a imposição de um condicionante nessa defesa: somente se convoca a assembleia se houver mobilização. A Crusp Popular se nega a convocar as assembleias, pois não há interesse em organizar o movimento, mas sim de abrir um diálogo com a SAS/Coseas e evitar um choque dos estudantes com a burocracia.

Não é de seu interesse organizar e agir coletivamente, por meio dos fóruns democráticos, pois dessa forma corre-se o risco de se perder o controle sobre os moradores, permitindo que estes se levantem e quebrem o íntimo diálogo com a SAS/Coseas. Esse tal diálogo pressupõe conter as mobilizações, pois estas se chocam com a política elitista e privatista implementada pela

burocracia.

Vitória da CRUSP Popular: o continuísmo da zeladoria e do trefismo

A vitória da CRUSP Popular significa a continuidade de uma direção imobilista. O CRUSP é um gigante adormecido para luta, fruto de várias gestões que, em conjunto com a burocracia, calaram os moradores. A PM sitiou o CRUSP durante a ação de guerra de reintegração da Reitoria em 2011, retirou estudantes da Moradia Retomada, que culminou na eliminação de 8 deles. O CRUSP foi alvo da guarda universitária e da PM que apontou uma arma na cabeça de um estudante negro durante a ação que lacrou o DCE com tapumes. Mais recentemente: Amanda é eliminada. Diante disso o CRUSP não foi capaz de se levantar e enfrentar essas duras repressões.

A zeladoria e o trefismo das direções, que defendem que os moradores se aglutinam em torno de empréstimos de filmes, livros e supostamente manter a associação aberta a quem quiser levar individualmente suas queixas, são práticas que encobrem uma política aparelhista e oportunista. Estão na contramão da política revolucionária, que defende uma direção de luta, de enfrentamento da burocracia/governo, que são os responsáveis pela depredação do ensino público e do privatismo, e que por isso tem interesses inconciliáveis com a maioria estudantil. A unidade dos moradores se dará em torno das reivindicações gerais do CRUSP, a começar pelo direito à própria moradia como parte do direito à educação. A política da CRUSP Popular é oposta a mobilização, e por isso serve à política da SAS/Coseas, que a cada dia aumenta o controle e a vigilância sobre os moradores, cada vez mais amordaçados.

Necessidade de se constituir uma direção de luta com base num programa

O desempenho da chapa Retomada não deve esconder que falta construir uma direção de luta. Uma direção se constrói sobre a base de um programa, uma compreensão comum da realidade, e as respostas que se dá a ela sobre a base da experiência coletiva. A Corrente Proletária vai trabalhar em defesa desse programa, e assim ajudar a construir essa direção. A Amorcrusp voltará a ser de luta a partir do momento em que esteja em pé essa direção, que só se construirá a partir da ação coletiva.

Eleições no DCE/USP: Frente PSOL/PSTU mantém controle sobre o aparato

Resultado das eleições para o DCE (Sem os votos em separado)	
Não Vou me Adaptar	2599
Universidade em Movimento	1384
É USP então	894
Evolução	316
Território Livre	214
Cícera	191
27 de Outubro	60

O resultado das eleições para o DCE da USP, realizada entre 27 e 29 de novembro, manteve a chapa Não Vou me Adaptar (PSTU/MES-PSol) na direção. A votação teve menos da metade dos votos da eleição do início do ano. A particularidade de duas eleições no mesmo ano se explica pelo adiamento das eleições do final de 2011 em função da greve estudantil contra a repressão que então se realizava. E pela derrota da atual direção, que defendeu no XI Congresso de Estudantes um novo adiamento, tendo em vista arrastar os calouros, recebidos festivamente, como curral eleitoral.

Eleições nos últimos dias de aula, com todos preocupados exclusivamente com provas e entrega de trabalhos, sem aulas e sem debate, torna a votação ainda mais controlada pelos aparatos dos CAs, prevalecendo o voto de amizade. A vitória da frente PSol/PSTU se fundamenta no controle da maioria dos CAs. Pela mesma razão, também aparece bem votada a Universidade em Movimento (APS-PSol e Consulta Popular), com cerca de um quarto dos votos. A direita, desta vez dividida entre a USP Então e Evolução, teve uma votação de menos de 20%. As correntes de esquerda, muito divididas, tiveram uma votação pequena.

A direção atual se caracteriza por se constituir numa frente aparelhista, e foi constituída a partir da unidade para abortar o movimento grevista iniciado no ano passado. Com o controle da maioria dos CAs, instou os calouros a rejeitarem o movimento grevista e suas bandeiras de luta sob a política distracionista da chamada “democratização” da universidade. Em assembleias divididas nos cursos e numa assembleia geral rachada, conseguiram acabar com a luta. Abriram assim caminho para a reitoria/governo aumentarem a repressão, com mais dezenas de processos políticos.

O fim do movimento também trouxe a divisão da frente que se formou no interior da reitoria ocupada, a 27 de Outubro. A LER-QI atuou já no início do ano contra a greve desde

as assembleias de curso, criticando o movimento nas defesas e se abstendo nas votações, e votou contra a greve na assembleia geral. O MNN rompeu com a frente para apoiar a chapa da situação nas eleições do DCE em março, em nome da ameaça da vitória da direita, pretexto que nunca foi real. A Praxis, a poucos dias das eleições e sem nenhum balanço de sua atuação, abandonou a 27 de Outubro para defender a bandeira reformista de “diretas pra reitor”.

A divisão da frente 27 de Outubro facilitou a vida da direção a levar adiante a política de nunca convocar assembleias e de chamar um plebiscito distracionista sobre a democratização, que não teve ampla participação nem qualquer consequência prática. Sem um trabalho frentista sistemático, a 27 de Outubro só se manteve como meio de expressar, em algumas situações (como no XI Congresso), a defesa das bandeiras e métodos de luta do movimento e da democracia estudantil. Numa situação de refluxo, imposto pela direção, e num momento de encerramento de semestre, caluniada pelas correntes a formaram (a LER-QI principalmente), a 27 teve um fraco desempenho eleitoral.

Está colocada para o próximo ano a necessidade de retomar a defesa das bandeiras e métodos de luta do movimento do final de 2011 e a democracia estudantil, através de um trabalho sistemático. Tarefa que a maior parte das correntes rejeitou em 2012.

Letras/USP: PSol e PSTU perdem controle do Caell

Resultado das eleições para o CAELL

Caxangá	264
Outra Margem	151
Travessia	150
Primavera nos Dentes	55
Letras em Movimento	31
27 de Outubro	22
Branco / Nulos	19

Nos mesmos dias da eleição do DCE, ocorreram as eleições para o CA de Letras. Disputaram as eleições sete chapas, sendo uma da situação (Travessia-Mês/PSol) e outra da situação anterior (Outra Margem – PSTU + independentes), com as duas correntes concorrendo juntas nas eleições do DCE. Não apenas as correntes, mas as pessoas eram as mesmas, as que estavam de braços dados na eleição do DCE e se acusando mutuamente nas eleições para o Caell. A oposição saiu dividida. Ainda assim, a chapa de oposição dos independentes Caxangá venceu as eleições com ampla margem. O que mostra o grande desgaste das chapas do PSol e PSTU, que tiveram gestões semelhantes, avessas as assembleias de base e à mobilização.

A vitória da Caxangá, que tem em seu programa a defesa, com contradições, de bandeiras de luta do movimento, mas que na campanha se centrou no fato de não ter partidos e propagandar o culturalismo (cervejadas e festas), abrirá uma gestão de crise. A gestão estará sob a pressão dos partidos e dos graves problemas que afetam o curso. Tenderá a se dividir, expressando na prática as formulações contraditórias de seu programa, que sob essa forma absorveu circunstancialmente as divergências.

Cabe atuar na gestão defendendo as bandeiras e métodos de luta do movimento, e a realização das assembleias de base, que na prática permitirão aos estudantes debaterem, deliberarem e agirem para responder aos graves problemas que afetam o curso. A experiência prática provará os membros da gestão Caxangá.

LER-QI – mentiras e calúnias para justificar o divisionismo

A corrente LER-QI (Juventude às Ruas, chapa Cícera para o DCE, Primavera nos Dentes no Caell) fez uma campanha baseada na calúnia contra a 27 de Outubro. A mentira foi usada até mesmo como meio de encobrir suas falhas:

1) Acusou a 27 de Outubro de não atuar nos fóruns do movimento estudantil. Os fatos: a Corrente Proletária, membro da 27 de Outubro, participou de todas as reuniões da diretoria do DCE, de todos os CCAs, do Enca, do XI Congresso e de todas as assembleias. A LER-QI não pode dizer o mesmo.

2) Acusou a 27 de Outubro de não ter em seu programa a defesa da São Remo nem da proporcionalidade na composição da direção do DCE. Basta ver o programa para ver que é mentira, e a Corrente Proletária participou de todas as reuniões de preparação e do ato em defesa da São Remo.

3) Acusou a 27 de Outubro de só defender o Fora a PM da USP e não combater a PM fora dela. Lembramos que no XI Congresso de Estudantes da USP foi a CPE quem defendeu a resolução do FIM DA PM.

O método de caluniar os adversários é próprio da disputa aparelhista. A crítica política deve ser feita para mostrar as raízes das divergências, que expressam sempre interesses de classe ou de frações de classe. Mas a LER-QI não é capaz disso.

UFCG/PB: A “mudança” da universidade não passa pelas urnas da farsa eleitoral

A consulta para a reitoria, na UFCG, fez de Edilson Amorim, candidato de continuidade da gestão do privatista e autoritário Thompson Mariz. A candidatura de Amauri, que veio do movimento docente, arrastou a grande maioria dos professores engajados na greve, assim como os estudantes. PCR e ANEL apoiaram irrestritamente esta candidatura. É importante ressaltar, porém, que as propostas desta chapa foram se misturando cada vez mais às da atual burocracia. Não houve clara diferenciação quanto ao Reuni, apenas a defesa da “expansão com qualidade”. A bandeira do movimento docente de fim das fundações e empresas na UFCG foi substituída pelo reconhecimento da importância destas, transparência e efetivação de um conselho consultivo com a presença de empresários. A democracia interna foi caricaturizada com as decisões partindo das unidades acadêmicas, predominantemente composta por docentes. Aos estudantes, as promessas giravam em torno da assistência estudantil.

O candidato da situação obviamente se aproveitou da máquina, que já está nas mãos do mesmo grupo, vinculado ao PT, desde a fundação da UFCG, há 10 anos. Pesou sobre os funcionários o receio diante do autoritarismo. E à casta docente, que efetivamente decide, não faltaram as benesses e favorecimento de interesses individuais. Mais do que isto, pesa ainda a penetração do programa reformista para a educação; da pseudodemocratização via expansão precarizada e incentivo à rede privada. Prova disto foi que a oposição não expressou um programa claramente diferenciado, mas sim a promessa de mais competência na gestão do mesmo modelo.

Eleições para o DCE tem chapa única e ANEL recusa frente antigovernista e antiburocrática

A inscrição de chapas para o DCE demonstraram o controle do aparato por parte do PCR e a fragilidade da oposição. A direita, que anunciava há mais de um semestre que montaria uma chapa com apoio da UJS, morreu na praia, não conseguiu juntar toda documentação, ameaçou a comissão eleitoral composta pelo PCR, partido que mais uma vez enfiou a polícia no meio da disputa política e registrou um B.O.

Nós, da Corrente Proletária Estudantil, convocamos a constituição de uma frente em torno dos seguintes pontos: 1) Combate à burocracia estudantil. Controle político e financeiro por parte da base, soberania da assembleia estudantil. 2) Que a entidade impulsione a organização estudantil em defesa de suas reivindicações expressa na pauta aprovada pela assembleia estudantil em 25/07/2012 (Mais estrutura; contra a política de jubramento; democracia interna, voto universal, eleição direta para reitor; contra a EBSEH; salas para todos CAs; passe livre; contra a mercantilização da educação - campanha pelo fim do ensino privado, por um sistema único público, gratuito, laico, autônomo e científico; pelo livre acesso ao ensino superior; au-

Cabe agora à comunidade universitária, sobretudo aos estudantes, retomar o caminho da luta e da organização independente da burguesia e da burocracia universitária. A continuidade do grupo de Thompson na reitoria exige o fortalecimento da luta contra a EBSEH, pelo direito de acesso e permanência (atacado com as escassas e precárias vagas na residência e com o cadastramento no R.U. que porá fim à alimentação gratuita e universal); mais do que isto é preciso combater a privatização interna, exigindo o fim de todas as taxas e dos convênios com as empresas privadas, que dividem a categoria docente, estimulam saídas individuais de complementação de renda e alimentam a lógica de que as universidades devem se autofinanciar, além de criar grandes desníveis entre os cursos atrativos para o mercado e os demais. Devemos retomar a pauta de lutas aprovada pelos estudantes!

A lição mais importante deste processo diz respeito à autonomia e democracia interna. Autonomia é o autogoverno da comunidade universitária, que é composta pela maioria de estudantes. É hora de erguer a bandeira de poder estudantil: voto universal, eleição direta, co-governo tripartite sustentado na Assembleia Geral Universitária. A participação decisiva dos estudantes nos rumos da universidade facilita a vinculação com as lutas mais gerais dos trabalhadores, dependendo de que se soldem ao programa proletário. Mais do que isto, é preciso ter clareza de que uma nova universidade será fruto de uma nova sociedade. A mudança passa pela luta revolucionária!

tonomia universitária, financiamento integral; etc.) 3) Independência política perante o governo, a burocracia universitária e os partidos da burguesia. Nas reuniões, foi incluído o ponto da luta contra todo tipo de opressão.

Inicialmente os integrantes da ANEL responderam positivamente ao chamado, no meio do caminho, porém, começaram a dizer que estavam participando como indivíduos e que ainda precisavam decidir como ANEL. Não se sabe em que instância decidiram, mais de um mês depois, não compor, não apresentaram nenhuma justificativa, nem mesmo alguns integrantes do coletivo da ANEL foram informados. Insistimos que a ANEL justifique sua ruptura e venha debater conosco para que revejam esta posição sectária. Até o momento o CA de Ciências Sociais decidiu construir esta frente conjuntamente. O enfrentamento à política privatista do governo federal, à burocracia universitária, à burocracia estalinista do PCR e a defesa das reivindicações estudantis exige que impulsionemos a tática frentista baseada na defesa da democracia operária e direito de crítica.

Nesta edição:

- A ONU reconhece a Palestina como “Estado observador não membro”
- Bolívia: Corrupção Masista (MAS)
- Balanço da paralisação de 20 de novembro
- Argentina: um balanço do “8N”
- Leon Trotsky: Deportação da União Soviética

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Palestina

A ONU reconhece a Palestina como “Estado observador não membro”

Com uma declaração não se conquistará a soberania do povo palestino. Somente as massas insurretas, enfrentando a opressão nacional e social poderão derrotar o Estado de Israel, romper com o imperialismo e criar as bases para a autodeterminação nacional

A Assembleia Geral da ONU reconheceu a Palestina como “estado observador não membro” das Nações Unidas. A resolução contou com 138 votos a favor, 41 abstenções e 9 contra (Estados Unidos, Israel, Canadá, Palau, Micronesia, República Checa, Panamá, Nauru e as Ilhas Marshal).

A resolução se pronuncia em favor dos “direitos inalienáveis do povo palestino”, solicita que se avancem as negociações para pôr fim à ocupação iniciada por Israel em 1967 e que se garanta “um Estado Palestino independente, soberano, democrático” nas fronteiras....

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, perante a assembleia, disse que faz 65 anos que a ONU criou o Estado de Israel e que era seu “dever moral e histórico” reconhecer o Estado Palestino. Por outro lado, Israel informou que não respeitará a resolução.

A força se impõe à retórica da diplomacia

A resposta israelense não fez por esperar. No outro dia após ser aprovada a resolução, passou imediatamente à construção de 3 mil casas na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Os novos assentamentos se localizam no denominado setor E1, atualmente desabitado. Mas que tem uma importância estratégica porque corta pela metade a Cisjordânia e a isola de Jerusalém, cujo setor oriental é considerado pela ANP como a capital do futuro Estado palestino. Ao mesmo tempo, anunciou que reteria 460 milhões de dólares em impostos e tarifas que Israel arrecada em nome da ANP.

Embora esses recursos pertençam a ANP, o Protocolo de Paris (1995) determinou que seria Israel que cobraria as tarifas aduaneiras pelos produtos importados pelos palestinos e que chegam às suas mãos por meio dos portos israelenses. O que lhe deu uma poderosa arma de pressão contra o raquítico aparato administrativo palestino, que sequer tem controle de seu próprio orçamento.

Vários países se opuseram e exigiram que Israel voltasse atrás em suas novas medidas. Disseram que as ocupações são ilegais e violam o direito internacional. Mais hipócrita foi a Casa Branca, que

embora pedisse que Israel reconsiderasse a medida, foi seu principal aliado contra a resolução da ONU.

O apoio total dos Estados Unidos a seu enclave no Oriente Médio, esteve e estará sempre por cima de toda consideração moral e ética abstrata sobre o direito internacional. A força material expressa no poderio econômico e militar dos Estados Unidos transformará as belas palavras da ONU em papel higiênico. Não é o direito que poderá determinar a solução do conflito político e diplomático, mas o poder dos monopólios, das finanças e da técnica militar que os Estados Unidos patrocinam a Israel.

Um festejo desproporcional diante da vitória artificial vitória

Ao conhecer o resultado da votação, milhares de palestinos saíram às ruas para festejar o que supõem um grande triunfo. Abbas foi recebido como herói nacional e chamou as duas principais frações, que disputam o controle político e territorial da Palestina, Al-Fatah (que ele dirige e governa a Cisjordânia) e o Hamas (que controla a faixa de Gaza), a conciliar-se. Passo que, segundo se informou, serviria para forjar a unidade nacional para alcançar a emancipação e independência do País.

No entanto, as proclamações triunfalistas ocultam uma contradição insolúvel. A resolução não significa outorgar aos palestinos os plenos direitos como Estado: só lhes dá acesso às diversas agências da ONU e aos tratados internacionais. O que pressupõe não gozar de nenhum direito como Estado, mas estar obrigado a cumprir as resoluções e tratados que impõem as potências.

Isto é, acaba impondo-lhes uma via legalista estéril à sua luta pela independência. Via pacífica que, no momento em que o mundo se encontra dividido entre um punhado de potências e que o acesso ao direito da autodeterminação das nações se choca com esses interesses, significa renunciar conquistá-la por meio da luta de classes e da insurreição das massas contra a opressão colonial e imperialista.

A resolução não significa uma ruptura dos acordos de Oslo (1993/1995), como quer fazer crer o Estado de Israel para justificar a

nova ocupação de territórios. Israel saiu fortalecido do acordo porque obteve o seu reconhecimento como Estado sionista, enquanto que a recém criada Autoridade Nacional Palestina (ANP), nunca pôde dispor da totalidade dos territórios da Cisjordânia e da faixa de Gaza.

Quando Mahmoud Abbas declara que a resolução é uma grande vitória, prossegue com a capitulação histórica da ANP, que aceitou finalmente a formação de um Estado palestino sem forças armadas, sem recursos econômicos e impedido de fazer voltar milhões de palestinos às suas terras.

A resolução reforça o cerco ao redor do combatente Hamas. Fração que expressa a vontade radicalizada e determinada de uma grande parcela da população contra o expansionismo colonialista. E que lhe provê apoio e homens à resistência militar anti-sionista.

A unidade dos palestinos somente poderá constituir-se sobre a base de sua luta revolucionária pela autodeterminação contra a opressão sionista e imperialista. A ausência de uma direção revolucionária capaz de conduzir as massas palestinas à luta anti-imperialista impede consolidar a necessária unidade revolucionária da nação, reforça a desagregação fracional das correntes nacionalistas e islâmicas e culmina fragmentando a luta contra a expansão colonialista.

Reconhecimento soberano ou uma expressão das contradições interimperialistas?

O trágico para os palestinos é que se procura convencer de que um papel e uma simples votação formal por maioria e minoria poderá resolver o choque de interesses antagônicos entre o Estado sionista e os explorados e oprimidos palestinos. O direito burguês nunca foi senão a expressão na forma de lei da força material de cada país e de cada classe social frente a outros países e outras classes. Isto é, a administração compartilhada dos conflitos resultantes da imposição pela força desses interesses por meio dos mecanismos legais e institucionais das estruturas políticas, nacionais e internacionais, controladas pela burguesia imperialista.

A ONU não é uma representação de iguais nem muito menos um terreno para que as “forças éticas e morais progressistas e democratistas” possam vencer, com suas palavras e reflexões, à reação mundial. Não, a ONU foi e continua sendo uma base de manobras do imperialismo para fazer e desfazer tratados e acordos segundo seus próprios interesses. Evidentemente que não necessariamente conseguem no ritmo e nas formas que desejam, porque ainda nessa cova de bandidos também se reproduzem, claro que conjunturalmente, as contradições e conflitos interimperialistas, segundo as relações de força criadas pela situação política mundial. Isso explica o porquê hoje a ONU pode contrariar momentaneamente e formalmente a vontade imperial que os Estados Unidos exercem sobre o restante das nações.

A resolução é também uma saída diplomática ao conflito entre certos países que não querem o intervencionismo dos Estados Unidos no Oriente Médio, como a Rússia e a China.

O voto dos Estados Unidos contra a resolução expressa desse modo seu interesse de preservar esse território como sua exclusiva área de influência. E sabe que isso somente pode ser garantido pela imposição militar do Estado sionista sobre as massas e os territórios da Palestina. Um Estado palestino, ainda que raquítico, seria um campo fértil para a unificação das forças sociais e políticas que pretendem romper com a ingerência externa dos Estados Unidos.

Por outro lado, sua tibia queixa contra Israel por expandir suas colônias demonstra seu interesse em preservar o trabalhoso processo de evitar que estourem conflitos que possam prejudicar seus planos em relação ao Irã, criando as condições de um novo levante generalizado das massas árabes.

Os Estados Unidos estão dedicados a tentar frear uma nova escalada no conflito e uma nova invasão terrestre, porque prejudicaria sua política de alianças com o Egito e a Turquia, duas peças-chaves para garantir seus interesses na região. Uma matança de palestinos, quebraria o delicado equilíbrio com o novo presidente do Egito, Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana. Nele se apoiou Obama para garantir uma trégua entre Israel e os palestinos, para disciplinar o Hamas, para conter a insurgência palestina e para evitar a erupção de um movimento árabe generalizado contra o imperialismo e Israel em apoio à Palestina.

Finalmente, uma nova rebelião palestina poderia acabar arrasando a solidariedade ativa das massas egípcias que se projetaria no cenário político interno desse país, colocando em xeque Morsi e abrindo as portas para um novo levante das massas, como o de 2010/11.

A autodeterminação palestina somente será possível com a destruição do Estado sionista

Desde a divisão da Palestina, imposta pelas potências, o Estado de Israel não tem feito outra coisa senão expandir suas fronteiras, ocupando parte do território palestino, com o apoio dos Estados Unidos. A opressão militar, colonial e imperialista serve à exploração assalariada e a opressão de classe. A luta da maioria oprimida pela autodeterminação das nações semicolônias do Oriente Médio se inscreve por isso na estratégia revolucionária do proletariado contra o capitalismo.

A luta pela autodeterminação e a criação de um Estado palestino, com plenos poderes para dispor soberanamente de suas terras, recursos e orçamento, encontrariam rapidamente um terreno para projetar-se, pelo seu conteúdo e interesses, na luta anti-imperialista.

Por sua íntima vinculação com o imperialismo, a feudal-burguesia árabe tem sido historicamente incapaz de conquistar a autodeterminação nacional das nações árabes. A ANP, Hamas e outras organizações radicalizadas do nacionalismo islâmico, são por sua vez incapazes de consumir a tarefa de destruir o Estado sionista e de conquistar uma Palestina unificada.

A unidade da nação oprimida contra a opressão nacional e social somente poderá triunfar por meio da estratégia da revolução proletária e da solidariedade internacionalista do proletariado mundial. Organizando boicotes à indústria de guerra israelense, paralisando o transporte e a logística imperialista, ocupando fábricas, manifestando-se nas ruas contra os governos vassalos e chamando à luta coletiva das massas contra a repressão e opressão nacional. Isto é, pondo os esforços conjuntos do proletariado mundial a serviço da recuperação das tradições e exemplos de internacionalismo proletário. Rompendo, desse modo, com as barreiras ideológicas, éticas e nacionais que impedem a unidade internacionalista dos explorados e oprimidos contra seus inimigos e verdugos comuns.

Uma vez mais fica demonstrada a necessidade de um partido revolucionário mundial capaz de dirigir sob essas bandeiras as massas palestinas, árabes e israelenses. Reconstruir a IV Internacional seria o passo mais decisivo nesse caminho e para concretizar a unidade palestina sob um governo operário e camponês.

Bolivia

Corrupção Masista (MAS)

O Movimento ao Socialismo (MAS) veio ao mundo com o rótulo de “partido camponês” e agora é manejado por uma camarilha de pequeno-burgueses corruptos

O MAS é um saco de oportunistas vindos das mais diversas tendas políticas, especialmente pequeno-burgueses “esquerdistas”, que renegaram a perspectiva revolucionária, ONGueros especializados em captar recursos do exterior em nome de todos os males imagináveis da sociedade, indigenistas especuladores, que se aproveitam do nome das nações originárias oprimidas.

O MAS não é um partido revolucionário porque carece de programa e, pior ainda, de moral revolucionária. Sua política, errática e improvisada, é de conteúdo burguês e seu comportamento é próprio da politicagem burguesa.

A sombra do caudilho, Evo Morales, camarilhas organizadas ao redor dos chefes de governo se tornam ricas roubando, extorquindo, fazendo negociatas e concorrendo entre si.

O escândalo do bando de extorquiadores dirigidos pelos principais advogados dos Ministérios do governo e da Presidência somente é uma mostra do que sucede no interior do governo.

Gustavo Torrico, chefe masista caiu em desgraça, reapareceu em todos os meios de comunicação assinalando que as contratações para os cargos do governo não passam pelas instâncias partidárias, mas sim são os chefes que nomeiam a dedo seus apadrinhados. A propósito, lembremos que Torrico foi destituído do Vice-ministério do interior por contratar a dedo, como assessor, o alemão Dirk Smith, um traficante internacional de armas de guerra que atuou como guarda costa de Evo Morales e que se dedicava a extorquir as seitas.

Como sempre que se revela algum escândalo no governo, ninguém sabia de nada e muito menos o Presidente, que imediatamente aparece com a cara de comovido, lamentando a imoralidade de seus colaboradores.

Pose cínica e mentirosa que chegou a extremo quando Evo Morales disse, sem se ruborizar, que ele não havia ordenado a repressão à marcha indígena dos TIPNIS em Chaparina e que não sabia de nada da operação.

As disputas internas no governo e suas perspectivas

O homem e suas organizações sociais, políticas, culturais, etc. vivem e se desenvolvem no marco da luta de classes. De maneira instintiva ou consciente (política) recebem pressão das disputas polarizadas na sociedade (agora, burguesia e proletariado). Algumas vezes, a pressão da classe dominante e de seu Estado consegue arrastar atrás de si os explorados e, outras vezes, as grandes mobilizações das massas quebram a unidade do Estado burguês e de suas instituições, entre elas da Polícia e do exército, encarregadas de garantir a segurança da ordem social imperante e dos interesses materiais da classe dominante.

Nesse contexto é que devemos analisar a última disputa entre o Ministro do Governo e a Presidência da Câmara em torno do projeto de Lei sobre a Extinção de Bens em favor do Estado que, imediatamente, provocou grande mal estar nos diferentes setores sociais e se materializou em gigantescas mobilizações de rua em todo o país.

Trata-se da rebelião dessas imensas camadas de pequenos proprietários (um dos aspectos da sobrevivência do pré-capitalismo) que, de alguma maneira, se aproximam do contrabando e, por outro lado, um importante setor de pequeno comércio é impulsionado pelo dinheiro que injeta o narcotráfico. Não se trata de que as posturas maniqueístas (de se é bom ou mal o dinheiro que geram os narcotraficantes) são as que definem o comportamento do comércio, este se desenvolve em função de suas próprias leis (procura e oferta), não importa com que dinheiro. No projeto de lei, estas imensas maiorias se sentem indefesas, são conscientes de que, em qualquer momento, podem perder seus pequenos bens que com tanto trabalho e sacrifício conseguiram adquirir.

Rebeca Delgado, nessa disputa, expressa a pressão das massas e Romero, o interesse do Estado que desesperadamente procura mecanismos que lhe permitam captar recursos para defender-se dos efeitos da crise internacional, que já está começando a ser sentida com mais força e que se refletirá na queda dos preços das exportações minerais e hidrocarburetos.

Esta disputa chegou a níveis inesperados e surpreendeu a opinião

pública. A atitude grosseira de Romero, provavelmente porque não tem os suficientes argumentos para defender seu projeto de lei, deu vantagem a Delgado, que parece como a vítima do troglodita. Os próprios masistas (MAS) no Parlamento se enfileiram contra Romero e as instituições feministas festejaram com as fanfarrônicas do Ministro.

Esse incidente está mostrando de maneira clara que o aparato do Estado é muito permeável às pressões que desenvolvem as massas exploradas, frequentemente as grandes mobilizações, nessa época, tendem a desmoronar a institucionalidade estatal. Este é outro aspecto que mostra que estamos galgando os primeiros degraus de uma situação revolucionária.

No entanto, é preciso responder o seguinte problema: Por que essa crise da institucionalidade do Estado não vai mais além? A resposta a esse problema a encontramos no fato de que as grandes explosões sociais não encontram uma confluência que desemboque na revolução social. Os fatores objetivos (fome, miséria, etc.) do mal estar social estão aí, de frente, um governo incapaz de dar respostas satisfatórias às exigências dessa gente; mas as mobilizações se diluem para em seguida ressurgir uma e outra vez, os explorados experimentam frustrações em suas ações.

Novamente encontramos a debilidade do Partido Revolucionário que não consegue se colocar diante das massas assinalando uma projeção política para suas ações. O aparato estatal rapidamente volta a se recompor de suas fissuras tão logo as massas abandonam as ruas. No caso da disputa Delgado/Romero, devido à manobra de remeter o projeto de lei ao Tribunal Constitucional e a paralisação das mobilizações, permitiu a Garcia Linera reunir os disputadores para dar-lhes um cocorote paternal, irmanados saíram jurando defender a mudança.

A aparente paz reinará até que novamente as massas agitadas voltem às ruas pisoteando no tabuleiro da ordem social.

.....

(Extraído do Jornal Massas 2292, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Balanço da paralisação de 20 de novembro

Preparar a próxima greve a partir das bases, com as reivindicações do conjunto da classe

Essa primeira paralisação contra Cristina Kirchner tem uma grande importância política. Foi convocada por setores que há pouco tempo eram sua coluna vertebral e apoiado por setores que simpatizavam e ainda simpatizam com o governo.

O Governo caracteriza a paralisação como político e efetivamente o é, como toda greve geral. É um desafio dos trabalhadores à política burguesa pró-imperialista do Governo, mais além das reivindicações que timidamente formularam aqueles que convocaram a greve. Os trabalhadores utilizaram a paralisação para expressar seu desgosto com o governo incapaz, que por cima toma uma medida após outra contra os trabalhadores.

Existem condições objetivas para o protesto geral, mais além das motivações individuais que possa ter este ou aquele dirigente para convocar a greve. Essas condições alimentam o mal estar popular que potencializou a paralisação:

*A inflação que não se estanca e expropria os ganhos de grande parte da população que não tem como compensar o aumento permanente dos preços;

*Milhões de trabalhadores desempregados, especialmente a juventude. A grande maioria dos trabalhadores não recebe salários que permitam manter o custo de uma família. A precarização trabalhista afeta milhões de trabalhadores;

*As retenções do imposto sobre os ganhos afetam mais de 2 milhões de trabalhadores, a metade desses não conseguem cobrir as despesas de uma família. Imposto infame contra os trabalhadores que os leva a não quer fazer horas extras ou receber um reajuste de salários para não perdê-lo com impostos. Pagar impostos para trabalhar multiplica a raiva.

*As retenções dos benefícios familiares que afetam milhões de trabalhadores.

Sem dúvida, nessa greve não foram colocadas abertamente, pelos organizadores, as reivindicações que mais interessam aos trabalhadores. Esteve ausente a reivindicação da reabertura das paritárias e a exigência de um salário mínimo vital e móvel de acordo com o custo de uma família para a totalidade dos trabalhadores. Esteve ausente a reivindicação de trabalho para todos, para pôr fim ao desemprego, repartindo as horas de trabalho entre todos os trabalhadores, sem afetar o salário. Esteve ausente a reivindicação de pôr fim a toda forma de precarização trabalhista.

A paralisação foi parcial, mesmo assim demonstrou a potência da classe operária quando aplica seus próprios métodos. A paralisação foi sentida, especialmente, na Cidade de Buenos Aires. Teve grande importância a paralisação dos trens e os piquetes bloqueando os acessos, piquetes bloqueando as vias. Dessa forma, muitos trabalhadores não tiveram como chegar ao trabalho. Em Rosário, o bloqueio dos 7 acessos deixou vazia a avenida principal, com paralisações de bancários e a professores se fez sentir, apesar do funcionamento dos transportes. Na cidade de Córdoba, os piquetes nas pontes contribuíram em boa medida para sentir a força da medida, às 11 horas os coletivos locais suspenderam os serviços. Em Mendoza, a greve dos trabalhadores da UTA deixou sem transporte a cidade.

Paralisaram os trens (pelos sinais e pelos bloqueios de vias), metrô (linha B), aviões, bancos, caminhoneiros, trabalhadores de estações de serviços, estatais, médicos e profissionais de hospitais públicos. Pararam setores contra a vontade de seus dirigentes de tornar a greve inócua, como em algumas linhas de coletivos e metrô. Kraft não parou (a burocracia de Daer não aderiu à greve).

O governo caracteriza como extorsão e prepotência, sem contudo

poder reprimir. Criticou duramente o protesto. Mas não pôde reprimir o protesto pela legitimidade das reivindicações e simpatia que despertou em amplas camadas cujos sindicatos não convocaram a paralisação. Reprimir os piquetes teria sido o começo do fim do Governo. Cristina Kirchner apenas soltou uma ameaça: *“estejam mais preocupados em defender os postos de trabalho, que é o grande desafio que têm os argentinos, em um mundo que se desmorona”*.

A paralisação foi concretizada sem assembleias de base na maioria dos lugares de trabalho. Os piquetes foram realizados por setores combativos da esquerda e a CTA teve boa participação nas grandes cidades, bloqueando os principais acessos. Caminhoneiros e lixeiros se somaram no interior. Não conhecemos a existência de assembleias que decidiram pela não paralisação. A **não paralisação** foi decidida burocraticamente. É antidemocrático rechaçar a greve sem convocar a assembleia para debetê-la.

A burguesia, seu governo, seus partidos, a burocracia sindical oficial concentraram sua crítica em que não foi garantida a **liberdade de trabalho**. Que os piquetes bloqueando pontos, vias e acessos a algumas fábricas não eram medidas democráticas. O que chama liberdade de trabalho é a liberdade das patronais e dos burocratas de pressionar os trabalhadores para não aderirem ao protesto. Devemos ressaltar a importância dos piquetes para garantir o direito de greve. É o direito dos trabalhadores de não dividirem suas ações, que não se debilitarem, a responderem unitariamente. A classe operária é uma só. Ao desmoralizar os dirigentes traidores, que ainda que tinham dito que concordavam com as reivindicações, preferiram dividir os trabalhadores para demonstrar sua lealdade com as patronais e o governo.

Um setor patronal insistiu em calcular o “custo” de paralisar o país, cada vez que há uma greve. Pura hipocrisia. Isso é dito quando não se aproveitam os milhares e milhares de desempregados ou subempregados, porque a burguesia é absolutamente incapaz de garantir trabalho a todos. Quantos milhões de horas de trabalho se perdem por mês por essa incapacidade?

A greve pôs em evidência a gravidade da divisão das centrais sindicais. Todos reconhecem que as reivindicações são justas, mas são incapazes de realizar uma ação unitária para conquistá-las, cada setor privilegia seus acordos com um ou outro setor patronal, contra o governo ou a favor do governo. Evidenciou-se que os sindicatos industriais não convocaram a paralisação e a medida foi sentida parcialmente nas grandes fábricas. Mas essa divisão e enfrentamento no seio da burocracia permite a emergência dos setores classistas com seus próprios métodos. A luta pela unidade de todo o movimento operário é uma questão fundamental para dar um novo salto na luta.

O protesto teve uma grande divulgação pelos meios de comunicação opositores, que ampliaram sua repercussão. A paralisação contou com o apoio da Federação Agrária e da Sociedade Rural. Com Gerônimo Venegas e Barrionuevo, os setores mais expressamente direitistas entre os organizadores.

Os partidos patronais opositores que sempre reclamam duramente contra os protestos operários, apoiaram a paralisação dizendo que as reivindicações eram legítimas, mas criticaram firmemente os piquetes. Sabem que se trata de métodos radicalizados da classe operária que serão usados contra eles. Hoje se unem devido a sua debilidade para enfrentar o governo Kirchner.

A imprensa e os politiquinhos procuraram relacionar esta paralisação com a mobilização de 8 de Novembro. Certamente, tem relação pela po-

lítica burguesa antikirchnerista de seus organizadores, pelo rechaço ao imposto sobre os salários e pela crescente inflação. Mas tem uma diferença radical, a participação de um setor da classe operária fisicamente, com seus próprios métodos, a greve e o piquete. No entanto, a jornada de mobilização cidadã não afetou minimamente o funcionamento da economia.

Pode-se especular sobre as verdadeiras razões do porque da ruptura de Moyano com o Governo que o levou agora a impulsionar a paralisação conjunta com a CTA. É notável sua aproximação política com os setores mais obscurantistas da burguesia, opositores ao Governo, mas o certo é que as reivindicações colocadas são legítimas, que é necessário uma resposta da classe operária com seus próprios métodos. Por isso, é necessário intervir para impedir que se utilizem das reivindicações e lutas genuínas para pressionar por seus pleitos mesquinhos ou tirar proveito em suas alianças com os setores patronais deslocados. É necessário intervir para colocar a extensão da luta, sua generalização, o plano de reivindicações, a continuidade das medidas. Os setores que se denominam de esquerda ou classistas devem prestar atenção para não se atrapalharem com as manobras da burocracia sindical, nem da oposição burguesa, nem do governo. Devem criticar aberta e publicamente, sem subterfúgios.

A classe operária deve reformular suas próprias reivindicações com

Argentina: um balanço do “8N”

O Panelaço e a polarização da classe média

O panelaço de 8 de novembro (denominado 8N) se constituiu em um fenômeno político, que delimitou o campo da disputa interburguesa diante das eleições legislativas de 2013.

Por volta de 750 mil pessoas marcharam no país e no exterior (Itália, Brasil, Colômbia, Austrália, Estados Unidos, etc.). Uma das maiores mobilizações desde a restauração da democracia burguesa, baseada na ação unificada tanto nas consignas como nos métodos empregados (marchas nas ruas e nas embaixadas). No entanto, não contou com uma centralização que traduzisse as reivindicações setoriais em um plano de ação política conjunta. O que não significa que fosse despolitizada e limitada a consignas democráticas abstratas.

O 8N não foi a continuação do processo de 2001/02. Nesses anos, as mobilizações multitudinárias das classes médias tinham por base amplas camadas da pequena burguesia que entraram em choque com o governo, que exigiam que fossem posto para fora os politiquinhos, que enfrentavam a repressão e o saque de suas reservas, confluindo com as assembleias populares e os piquetes nas ruas. Esse último panelaço foi hegemonizado por camadas e frações mais acomodadas das classes médias, ainda que se valessem dos métodos incorporados nesses anos (protestos de rua)

Não participaram organizações sindicais do setor, como os sindicatos de comerciantes, de profissionais (médicos, motoristas e professores), ou estudantes. Não ocorreram manifestações semelhantes nos bairros operários nem se atuaram organizadamente destacamentos do movimento operário. As consignas expressavam aspirações políticas (rechaço a um terceiro mandato de Cristina Kirchner, contra a reforma da Constituição ou sua resistência à “colonização da Justiça por kirchneristas fieis – historicamente um reduto reacionário e última garantia dos setores mais de direita para atuar contra os governos), sociais (maior segurança policial frente à onda de assaltos) tipicamente pequeno burguesas e econômicas (contra a inflação que corrói seus salários). Não teve política própria diante dos problemas essenciais da crise capitalista e demonstrou sua impotência ao se limitar a fazer a mobilização não como um meio para arrancar conquistas mas para pedir pacificamente.

Contudo, semelhante magnitude de manifestantes não podia passar

precisão para se diferenciar das colocações limitadas ou deformadas da burocracia, construir um plano de reivindicações que unifique a totalidade dos trabalhadores e colocar os métodos para recuperar os sindicatos e a central sindical.

É um passo muito importante que a classe operária intervenha na situação política com suas reivindicações e seus métodos, mas, além disso, necessita intervir com sua própria política. A classe operária deve colocar a necessidade de romper com o imperialismo em todos os terrenos, expulsando as multinacionais, expropriando-as, recuperando as empresas, os recursos, rechaçando o pagamento da dívida externa, acabando com os subsídios aos grandes capitalistas realizando a revolução agrária contra os latifundiários, nacionalizando os bancos e o comércio exterior. A classe operária deve erguer-se como dirigente nacional, convocando os oprimidos da cidade e do campo a colocarem em pé a frente única anti-imperialista, para luta pelo seu poder, para acabar com a ditadura do capital. Esta é a política para ganhar a maioria e impedir que seja arrastada por trás de uma ou outra fração capitalista.

.....

Extraído do Jornal Massas, nº267, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina

Lucas Martinez

desapercebida. Diferente da de 4 de setembro, emergiu com a presença exclusiva entre as camadas superiores da classe média. O desespero das frações burguesas por influenciá-las é clara: trata-se de um setor determinante na hora das eleições. E de uma ampla base social a qual recorre quando se trata de mobilizá-la contra o proletariado quando se agudizam violentamente os antagonismos sociais.

A atual polarização das classes médias espelha a política burguesa na crise

A oposição apoiou, organizou e mobilizou suas forças ainda que tenha decidido não marchar. Setores nacionalistas burgueses e de “esquerda” (como o ex-piqueteiro Raul Castells – MID) estiveram no protesto como também o dirigente ultradireitista (fascista) Alejandro Biondini e dirigentes da burguesia agrária como Mario Llambías (CRA)¹ e Luciano Miguens (SRA)². Os monopólios da imprensa apoiaram o panelaço, ajudaram a sua preparação com seus programas e transmitiram as mobilizações ao vivo. Setores empresariais deram seu apoio, embora tenham justificado não participação direta na marcha, para não se chocarem abertamente com o governo.

O oficialismo e seus meios de comunicação acusaram a oposição de organizar a marcha, de querer desestabilizar o regime democrático e apoiar mobilizações “golpistas” juntamente com setores mais reacionários da burguesia. A manobra pretendia fazer da marcha uma manifestação da direita que se “opõe às conquistas dos trabalhadores e dos setores mais empobrecidos”.

No entanto, ambas posições pretendem ocultar que o mal estar social e a mobilização nas ruas de amplas camadas da classe média têm por causa a queda acelerada de seu nível de vida e de seus ganhos reais. Fundamentalmente, naqueles setores que têm por costume ocultar seus ganhos reais, acumular dólares e sair de férias para o exterior, onde gastam sem limites.

A fração mais reacionária da burguesia procura aproveitar o descontentamento das massas e arregimentá-las atrás de si para 2013. O kirchnerismo renega essas camadas, e por outro lado, se apoia em outra fração da classe média. De um lado, apoia-se nas camadas da pequena burguesia que em troca de recursos públicos (planos de moradia,

subsídios sociais, etc.) ou benefícios pessoais e corporativos (como La Cámpora, Kolina ou sindicatos de professores públicos e privados, etc.) serve de base social à mobilização oficialista e ao verticalismo eleitoral. De outro, nas ilusões democráticas de outro setor que se viu cooptado pelo “progressismo” das “nacionalizações” da YPF ou as AFJP’s, pelos julgamentos dos genocidas, etc. Apoio que, ainda que sustentado pela identificação com as limitadas medidas democráticas, entra em contradição imediatamente com a política econômica que vem destruindo suas condições de vida.

Embora os setores mobilizados em 8 de novembro tenham sua origem econômica e social nas camadas médias historicamente anti-operárias, o descontentamento com a política econômica que golpeia as condições de vida e trabalho vêm acentuando as tendências de um processo de ruptura entre uma significativa fração das camadas médias com o kirchnerismo. Devido a ausência de uma sólida vanguarda proletária capaz de atrair os setores mais empobrecidos para a sua política, anulando as tendências reacionárias, criam-se as condições para que seu desespero se canalize para uma solução pela direita.

O kirchnerismo: eixo da disputa inter-burguesa

Existem reivindicações cada vez mais fortes em setores da burguesia em favor de uma desvalorização, isto é de “normalizar” a economia capitalista mediante uma pauperização da força de trabalho. Para este setor, o governo kirchnerista é cada vez mais inadequado para ajustar as condições de produção e reprodução capitalista para uma maior exploração do trabalho assalariado e do próprio país.

Ainda que, claro, nem toda burguesia coincida neste ponto. Depende de seu lugar na economia. Outros setores exigem o alívio das pressões inflacionárias com um ajuste no gasto público. Estes tiveram lucros extraordinários em dólares e advertem que uma desvalorização se transferiria aos preços internos, liquidando a capacidade de compra de seus consumidores. As próprias montadoras, todas multinacionais, têm diferenças sobre a conveniência de desvalorizar ou não. Mas todas estão de acordo em limitar o reajuste dos salários e aumentar as condições de precarização dos assalariados.

O rechaço à reeleição de Cristina Kirchner constitui um dos ensaios para criar as condições de uma mudança no poder do Estado. O fenômeno Capriles (Venezuela) expressa essa intentona continental imperialista de constituir movimentos e partidos capazes de ganhar base social e chegar ao poder, acabando de uma vez com os governos nacionalistas burgueses, que já não se “ajustam” às condições criadas pela crise. Ou seja, a necessidade de uma política reacionária contra as massas.

Sem dúvida, essas pretensões se chocam todavia com o forte apoio popular e sindical que ainda gozam estes governos. E a Argentina não é a exceção. Ocorre que a burguesia mais concentrada e poderosa não tem conseguido estruturar uma alternativa própria para administrar seu Estado, e o kirchnerismo tem todavia um grande campo de manobra ao ter uma base social real e organizada.

A burocracia sindical “opositora” serve às tendências burguesas em luta

Quando as Centrais ditas de oposição (as das fraturadas centrais da CGT e da CTA) ensaiam diversas formas de aliança de ação ou até eleitorais com a oposição burguesa, colocam o proletariado e suas organizações que dirigem como bucha de canhão para uma mudança burguesa alternativa ao kirchnerismo. Por trás desses ensaios e mais além da forma definitiva que podem adotar, ou sem chegarem a romper-se, o sindicalismo pró-burguês e as diferentes variantes frente populistas que se procuram pôr em pé (FAP, Frente Ampla Popular) serão hegemônicas finalmente pelas saídas burguesas para a crise. Por isso é

que postergam o desenlace do conflito com o governo para as eleições. Quando muito, utilizam as greves gerais para dirimir sua participação nos futuros blocos eleitorais ou seu lugar e papel frente ao próximo governo. E se absterão seguramente de aprofundar os planos de luta diante do temor de uma explosão de rebeldia e raiva popular, já que todos temem a intervenção do proletariado e não querem uma reedição de 2001.

A primeira greve nacional contra o kirchnerismo, realizada pela fração sindical Moyanista (que rompeu alguns meses com o governo) e a CTA de Michelli (cisão da CTA oposta ao kirchnerismo) em 20 de novembro passado, com a participação importante da esquerda, deixou claro que as rupturas burocráticas são e ainda serão em 2013 um campo de manobra para seus interesses.

Aprofundar a luta de classes com um programa e uma política proletária para a crise

Amplas camadas das classes médias estão se radicalizando. Este é um dos mais certos sinais para auscultar a profundidade que adquire a crise mundial nos marcos nacionais.

Para a direita, caminham os setores majoritários de 8N, tal qual o demonstra sua composição social, suas reivindicações e tendências políticas. Outro setor, composto por professores, estatais, bancários, começam a transitar para uma ruptura com o kirchnerismo, mas sem orientar-se para posições proletárias, olhando com ansiedade o que ocorre no campo burguês.

Por sua vez, existem tendências à radicalização de importantes setores proletários enfrentando o regime e as patronais. Tendências que ainda se desenvolvem setorial e embrionariamente. Mas que indicam uma perspectiva como as greves dos operários agrícolas nos engenhos do norte do país; da linha 60 de transporte coletivo de passageiros contra a patronal e a burocracia; dos operários do petróleo de Cerro Dragón (Chubut); das fábricas que pararam no dia 20 de novembro inclusive contra a vontade de suas direções kirchneristas; ou no fortalecimento das chapas e tendências classistas nas eleições e organizações sindicais, entre outros processos e lutas que marcaram o ano de 2012.

O desenvolvimento e a confluência de ambas tendências constituíram o fundo do cenário da luta de classes. A disputa entre a burguesia e o proletariado pela conquista da direção política das camadas e setores da classe média constitui num combate para criar as condições da luta política pelo poder.

Para o proletariado, trata-se de lutar pela coesão de seus setores mais empobrecidos e oprimidos por trás de sua estratégia de classe. Isto é, colocar os cimentos da Frente Única Anti-imperialista com uma ampla campanha organizativa e agitativa no seio da pequena burguesia, constituir-se em sua direção e projetá-las para a revolução e ditadura proletárias. Ao não intervir com um programa e uma estratégia própria, a saída pela direita da pequena burguesia poderá tomar a forma de uma mudança mais ou menos pacífica no controle do Estado burguês; ou a direitização do kirchnerismo. Ambas, com diferentes ritmos e intensidade, constituirão na via para a imposição da política burguesa mediante um brutal enfrentamento físico direto contra os explorados e oprimidos.

A participação eleitoral dos revolucionários nas eleições legislativas de 2013, chegado o momento, implicará ter de expressar politicamente todo o processo anterior do qual serão o resultado. Isto é, terão caráter de tribuna revolucionária para projetar a classe operária à conquista do poder e deverão constituir em um passo decisivo na tática frentista anti-imperialista e anticapitalista.

O centrismo pretende reeditar o eleitoralismo da FIT, morto há meses, sem ter em conta que agudizaram as contradições sociais. Isso porque a reedição do programa democratista poderá muito bem alimentar as aspira-

ções democráticas da pequena burguesia, mas não os interesses históricos da classe operária diante da crise capitalista mundial e nacional.

Coloca-se toda sua importância histórica e para a luta atual a necessidade de consolidar o núcleo revolucionário da vanguarda proletária e dos demais oprimidos, que encarna na seção argentina do POR. Seu fortalecimento e inserção física nas organizações do proletariado e da pequena burguesia empobrecida é a chave para uma saída revolucionária diante da crise. E que deve somar e coordenar os esforços inter-

Deportação da União Soviética (1)

Recapitulando: diante da exigência de que cessasse toda minha atividade política, respondi declarando que somente burocratas corrompidos poderiam formular semelhante exigência e somente os renegados poderiam aceitá-la. Os próprios estalinistas não esperariam uma resposta diferente. Depois disso, transcorreu um mês sem novidades. Nossos vínculos com o mundo exterior se encontravam rompidos, incluindo os vínculos ilegais organizados pelos jovens correligionários que, superando enormes dificuldades, até fins de 1928 me enviavam a Alma-Ata, de Moscou e de outros centros, informes abundantes e precisos. Em janeiro deste ano, somente recebemos os diários de Moscou. Quanto mais falavam da luta contra a direita (2), mais seguros nos sentíamos de que viria um golpe contra a esquerda. Tal é o método político de Stálin.

Volinski, representante da GPU de Moscou, permaneceu durante todo este tempo em Alma-Ata, aguardando instruções. Em 20 de janeiro, apresentou-se em nossa casa, acompanhado de um grande número de agentes da GPU, armados, que ocuparam todas as entradas e saídas, e me entregou o seguinte extrato das atas de uma conferência especial da GPU, realizada em 18 de janeiro de 1929:

“Considerando: o caso do cidadão Trotsky, León Davidovich, sob o Artigo 58/10 do Código Criminal, acusado de realizar atividade contrarrevolucionária, expressada na organização de um partido ilegal antisoviético, cuja atividade ultimamente se orientou para a provocação de ações antissoviéticas e a realização de preparativos para a luta armada contra o poder soviético. Resolve: o cidadão Trotsky, Leon Davidovich, será expulso do território da URSS”.

Quando me pediu que assinasse uma declaração dando-me por ciente dessa resolução, escrevi: “Foi-me dado a conhecer esta resolução da CGU, criminosa por sua essência e ilegal por sua forma, em 20 de janeiro de 1929. Trotsky”.

Qualifiquei essa resolução de criminosa porque contém uma mentira deliberada: acusa-me de realizar preparativos para a luta armada contra o poder soviético. Semelhante fórmula, que Stálin necessita para justificar minha deportação, pretende, da maneira mais criminosa, solapar o poder soviético. Porque se fosse correto que a Oposição, dirigida por gente que colaborou na organização da Revolução de Outubro e na construção da república soviética e do Exército Vermelho, estivesse preparando para derrotar o poder soviético pela força das armas, isso demonstraria por si só que no país impera uma situação desastrosa. Se assim fosse, até o agente da contrarrevolução melhor, mais comprometido com o mundo burguês, teria de dizer: “Não há por que apressar-se em estabelecer relações econômicas com os soviéticos; melhor esperar para ver como terminará o conflito armado”.

Mas, afortunadamente, a fórmula da GPU é uma mentira policial descarada. Nos guia unicamente à convicção de que o governo soviético possui uma profunda vitalidade e uma grande elasticidade. Nossa política é a da reforma interna. Aproveito essa oportunidade para proclamar diante do mundo inteiro e, com isso, rechaçar, ao menos parcialmente, o golpe que a fórmula da GPU, ditada por Stálin e falsa dos pés à cabeça, deu contra os interesses da república soviética. Por maiores que sejam as dificuldades internas que hoje atravessa, resultantes não só das circuns-

nacionalistas para fortalecer o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional como centro dirigente da luta revolucionária contra a opressão imperialista e exploração capitalista no continente.

.....

- (1) Confederações Rurais Argentinas (pecuaristas, latifundiários, burguesia agrícola, etc.)
- (2) Sociedade Rural Argentina (burguesia pecuarista, criadores, latifundiários, etc.)

Leon Trotsky – 25 de fevereiro de 1929

tâncias objetivas, mas também de uma política impotente e zigzagueante, os que confiam que o poder soviético se desmoronará prontamente cometem, como antes, uma grave erro de cálculo.

Aparentemente, o senhor Chamberlain (3) não alimenta esse tipo de ilusões. Ele se guia por critérios mais práticos. Se temos de acreditar nos informes que a imprensa difunde insistentemente, em particular a revista norte-americana “The Nation” (A Nação), o senhor Chamberlain expressou que as boas relações diplomáticas com a União Soviética serão possíveis no dia em que, para usar sua própria frase, “tenham colocado Trotsky contra a parede”. Essa fórmula lapidária honra o espírito do ministro conservador, o que, quando se refere à marinha de guerra dos Estados Unidos, o faz em termos um pouco mais vegetarianos.

Ainda que não me confiaram poderes diplomáticos, me atrevo a aconselhar ao ministro de relações exteriores britânico, para o bem da causa (e em parte também para meu próprio bem), que não insista demasiadamente em sua demanda, no sentido literal desta. Já que Stálin mostrou sua boa disposição para satisfazer os desejos do senhor Chamberlain ao expulsar-me da União Soviética. Se não fez mais, não é porque faltou vontade de satisfazê-lo. Seria uma razão demasiada estúpida para castigar a economia soviética e à indústria britânica. Ao lado disso, poderia assinalar que as relações internacionais se baseiam no princípio da reciprocidade. Mas isto é um tema desagradável e prefiro não falar mais dele.

Em minha resposta escrita à resolução da GPU, disse não só que era criminosa por sua essência mas também ilegal por sua forma. Com isso quis expressar que a GPU pode oferecer a uma pessoa a opção de sair do país, sob a pena de sofrer tal ou qual represália se se resolve não fazê-lo, mas não pode deportar ninguém sem seu consentimento.

Quando perguntei como me deportaria e para que país, me respondeu que isso me diria um representante da GPU que se encontraria comigo na Rússia europeia. Dedicamos o dia seguinte a empacotar rapidamente nossos pertences, que consistiam quase que exclusivamente em manuscritos e livros. Os dois cachorros de caça contemplavam alarmados o grupo que com seu barulho perturbava a tranquilidade habitual de nosso lugar. Devo dizer, de passagem, que os agentes da GPU não deram a menor mostra de hostilidade, pelo contrário.

Na madrugada de 22 de janeiro, minha esposa, meu filho e eu, juntamente com uma escolta da GPU, partimos de ônibus ao longo de um caminho coberto por uma camada de neve firme e lisa, até a passagem montanhosa de Kurda. Ali nos aguardavam ventos fortes e nevascas. O poderoso trator que nos devia rebocar estava totalmente coberto pela neve, igualmente os sete veículos motorizados que vinham rebocando. Durante grandes nevascas, nessa passagem morreram de frio sete homens e muitos cavalos. Devíamos prosseguir a viagem em trenó. Atrásamos mais de sete horas para percorrer trinta quilômetros. Ao longo do caminho coberto de neve, vimos grande quantidade de trenós abandonados, com os eixos para cima, muitos fardos de materiais para a ferrovia Turquestão-Sibéria, que estava em construção e tanques de querosene, aterrados na neve. Homens e cavalos haviam se refugiado nos vizinhos acampamentos de inverno do Kirguís.

No outro extremo da passagem, tomamos novamente um ônibus e,

em Pishpek (agora Funze), um trem. Os jornais moscovitas que compramos pelo caminho eram uma demonstração de como se preparava a opinião pública para a deportação dos dirigentes da Oposição.

Na região de Aktiubinsk um comunicado por telefone nos informou que o lugar do exílio seria Constantinopla. Exigi que se me permitisse reunir com meus dois familiares que estavam em Moscou (4). Trouxeram-nos à estação de Riajsk e os colocaram sob vigilância juntamente conosco. O novo representante da GPU, Bulanov, procurou me convencer-me das vantagens de Constantinopla; mas me neguei categoricamente. Bulanov iniciou as negociações com Moscou por telefone. Ali estava previsto tudo menos a possibilidade de que eu me negasse a abandonar o país voluntariamente.

Nosso trem foi desviado de sua rota, voltou lentamente pela via, se deteve finalmente em um desvio separado perto de uma estaçãozinha perdida e ficou em estado de coma entre dois bosquesinhos. Os dias passavam. As latas vazias acumulavam ao redor do trem. Corvos e aves chegavam ao festejo em bandos cada vez mais numerosos. Não havia colinhos; no outono uma epidemia terrível os havia exterminado. De modo que as pegadas das raposas chegavam até o trem.

A locomotiva, com um vagão acoplado, ia diariamente a uma estação maior para buscar nossos alimentos. A gripe fazia estragos em nosso vagão. Relemos Anatole France e a história da Rússia de Kliujevski. A temperatura baixou a vinte e um graus abaixo de zero. Nossa locomotiva se mantinha em constante movimento para que suas rodas não ficassem soldadas nos trilhos pelo frio. Estações de rádio distantes se comunicavam entre si, procurando no éter o lugar de nosso paradeiro. Não ouvíamos suas perguntas; jogávamos xadrez. Mas ainda que as tivéssemos ouvido não teríamos como responder; nos trouxeram a esse lugar de noite, de maneira que nós mesmos só sabíamos que estávamos em algum lugar da região de Kursk.

Assim passaram doze dias com suas noites. Ali soubemos de novas prisões: centenas de pessoas, entre elas cento e cinquenta integrantes de um suposto “centro trotskista”. Entre os nomes revelados se encontravam os de Kavtaradze, ex-presidente do conselho de comissário do povo da Geórgia; Mdivano, ex-representante comercial soviético em Paris; Voronski, o melhor crítico literário do partido e Drobnis, um dos grandes heróis da revolução ucraniana (5). Todo eram figuras importantes do partido, homens que colaboraram na organização da Revolução de Outubro.

Em 8 de fevereiro, Bulanov anunciou: Apesar dos grandes esforços de Moscou, o governo alemão se nega categoricamente permitir seu ingresso na Alemanha. Deram-me instruções definitivas de conduzir-me à Constantinopla.

- Mas não irei voluntariamente; farei uma declaração para efeito na fronteira turca.

- Isso não mudará nada; seja como for, você irá para a Turquia.

- Então vocês se colocaram de acordo com a polícia turca para deportar-me a Turquia pela força.

- Não sabemos nada disso – respondeu -, só obedecemos ordens.

Depois de ficar doze dias presos nesse lugar, nosso trem se pôs novamente a caminho. Ainda que fosse modesto, começou a crescer na medida em que crescia nossa escolta. Em toda a viagem, a partir de Pishpek, não foi permitido abandonar o vagão. Agora nos dirigíamos a toda velocidade para o sul. Só parávamos em estações pequenas para carregar água e combustível. Estas precauções extremas eram consequências da recordação da manifestação que se realizou na estação de Moscou quando fui deportado dali, em janeiro de 1928; nessa ocasião, os manifestantes impediram pela força que o trem partisse para Tashkent, e só puderam me deportar em sigilo no dia seguinte.

Os jornais que nos chegavam no caminho traziam os ecos da nova grande campanha contra o “trotskismo”. Entre linhas apareciam certos indícios de um conflito na cúpula em torno de minha deportação. A fra-

ção estalinista estava apressada. E com toda razão: as dificuldades não eram somente políticas mas também físicas. O vapor Kalinin devia nos pegar em Odesa, mas estava atolado no gelo. Os quebra-gelo se esforçavam em vão. Moscou enviava telegramas exigindo rapidez. Preparou-se, rapidamente, o vapor Ilich. Nosso trem chegou em Odessa na noite de 10 de fevereiro. Pela janela vi os lugares conhecidos. Sete anos de minha vida escolar haviam se transcorrido nessa cidade. Fomos de automóvel diretamente para o vapor. Fazia muitíssimo frio. Apesar do avanço da hora, o cais estava rodeado de tropas e agentes da GPU. Aqui devíamos nos despedir dos dois familiares que haviam acompanhado nossa saída durante duas semanas.

Ao contemplar pela janela do trem o vapor que nos aguardava, nos recordávamos de outro barco que uma vez nos havia levado a um destino que não havíamos escolhido. Foi em março de 1917, em Halifax, Canadá, onde marinheiros britânicos me agarraram pelos braços, à vista de uma multidão de passageiros, e me colocaram à força no vapor norueguês Christianiafjord, em que viajava com todos os documentos e vistos necessários para Cristiania e Petrogrado. Nossa família era a mesma, com doze anos a menos. Meu filho maior tinha então onze anos e tinha sido golpeado por um dos marinheiros britânicos com seu punho, antes de que aquele pudesse impedi-lo, com a ingênua esperança de recuperar minha liberdade e sobretudo de que eu recuperasse minha posição vertical. Em lugar de Petrogrado, meu destino circunstancial foi um campo de concentração.

O Ilich, sem carga e sem outros passageiros, zarpuu pela manhã. Durante noventa quilômetros um quebra-gelo nos abriu caminho. O furacão, que havia feito estragos na região, somente nos tocou com as pontas de suas asas. Em 12 de fevereiro, entramos no Bósforo. O oficial da polícia turca, advertido de antemão de que o vapor transportava a minha família e a mim, entreguei minha declaração de que me levava à Constantinopla contra minha vontade. Não deu resultado. O vapor prosseguiu sua rota. Depois de uma viagem de vinte e dois dias, para percorrer uma distância de seis mil quilômetros, chegamos a Constantinopla.

- (1) *Deportação da União Soviética. Traduzido do inglês para este volume (da edição norte americana) por George Saunders.*
- (2) *A direita a que faz referência era uma Alda do PCUS, também chamada de Oposição de Direita. Trotsky era um adversário inflexível de sua política, que opinava fortalecia as tendências pró-capitalistas existentes na União Soviética, mas considerava comunistas os seus dirigentes e não colocava sua expulsão do partido nem da direção. Desde 1923, a direita estava aliada com os estalinistas (os que Trotsky chamava centristas) contra a Oposição de Esquerda. Em fins de 1927, pouco depois da expulsão da Oposição de Esquerda, se agudizaram as diferenças entre os estalinistas e os dirigentes da Oposição de Direita (Bukarin, Rikov e Tomski). Em 1928, os estalinistas empreenderam uma ruidosa campanha contra os desvios de direita e seus partidários, mas a Bukarin, Rikov e Tomski não os associaram publicamente com a direita até 1929.*
- (3) *Austen Chamberlain (1863-1937): político conservador que ocupou muitos cargos no gabinete britânico, entre eles o do secretário de relações exteriores do governo de Baldwin (1924-1929).*
- (4) *Os dois membros da família de Trotsky que viviam em Moscou eram seu filho menor, Serguei Sedov e a esposa de León Sedov. Serguei, professor de ciências que não se interessava por política, foi preso em 1934 ou 1935, como medida de represália contra Trotsky, e logo se supôs que morreu em um campo de concentração depois de negar-se a denunciar seu pai.*
- (5) *Os três primeiros destes oposicionistas de esquerda morreram nos cárceres e campos de concentração da GPU; o quarto capitulou em 1929 e lhe deram um trabalho em uma fábrica na Sibéria, mas foi julgado no segundo julgamento de Moscou e executado em 1937*

.....

(Extraído do livro *Escritos, de León Trotsky, tomo 1, volume 1, 1929-1930*)